
025ª SESSÃO ORDINÁRIA 03ABR2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Igreja Pentecostal Deus Conosco que tratará de assunto relativo a recursos para assistência social, previdência para moradores de rua, transporte gratuito e outros. O Sr. Sady Severo Martins, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. SADY SEVERO MARTINS: Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exa., respeitosamente, sei do regulamento da Casa, mas eu represento milhares de famílias e coloquei três itens neste pedido e queria ver, se for possível, conceder-me o mesmo período ou um parlamentar conseguir período igual para mim, de mais 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sr. Sady, nós temos um período regimental que é de 10 minutos para Tribuna Popular. Quando o senhor foi convidado, deveriam ter lhe avisado. Logicamente que um minuto de tolerância nós poderemos ter, mas o período é de 10 minutos, peço a sua compreensão, porque é o que diz o nosso Regimento, está bem? Muito obrigado, os seus 10 minutos estão iniciando.

O SR. SADY SEVERO MARTINS: Srs. Vereadores e Sras. Vereadores e funcionários desta Casa, a todos, boa tarde. Eu sou representante da Igreja Pentecostal Deus Conosco. Nós temos uma ONG, a qual vive do campo e atua em todo Estado do Rio Grande do Sul, com mais de 120 mil famílias. Vou começar pelo primeiro, nós estamos solicitando às Suas Excelências, para que as ONGs sejam isentas de inscrições do regulamento municipal para solicitar recursos para o seu trabalho. Desde que tenha a autorização de funcionamento e seja fiscalizada. Porque nós temos uma dificuldade aqui

em Porto Alegre, geralmente em Porto Alegre, porque no Estado, em geral, não é assim, em Rio Pardo, Santa Cruz, Santana do Livramento e em outros lugares por ai, não agem assim. Nós temos dificuldade de nos inscrever e para as famílias em virtude desse programa que temos que nos inscrever em conselhos municipais, nós não trabalhamos com internos, não temos necessidade de inscrever, acho que está interpretado errado o direito de ONG, porque as ONGs são assistência social, têm fins lucrativos e atuam em todo o território nacional. Então, essa é a primeira. Segundo, isenção de transporte. Não chega a ser bem a isenção de transporte que a gente não colocou direito porque temos visto as alegações dos empresários, inclusive, vergonhosamente da nossa Carris, é a primeira que alega que a isenção do idoso, do deficiente ocasiona prejuízo à empresa. Não é verdade. Fui motorista de ônibus, e não gasta tanto óleo porque colocou mais uma pessoa, ou não tenha que fazer o itinerário porque tem aquelas pessoas para carregar. Quando assinam um contrato com o Município, provavelmente, os empresários sabem dessas circunstâncias que a lei lhes dá o direito. Quanto aos moradores de rua, não tenho nada a ver com quem representa os moradores de rua, é bom que cada um represente uma categoria, porém, rua não é para seres humanos é para ratazanas quando a Cidade é relaxada. Quem representar seres humanos e disser: sou representante dos moradores de rua, que dormem lá em tal lugar, isso não é humano. Onde estão os direitos humanos? Colchões na rua para as pessoas dormirem, chuveiro para as pessoas tomarem banho na rua. Não. Eles têm que se atualizar, ele têm que ter regulamento, são seres humanos. Então, a proibição disso aí não quer dizer que quem usa ou representa eles vai deixar de representar. Mas por que não se faz uma cooperativa para reciclagem? Ah! Mas já tem. Cria outra. Porque reciclamos um terço dos materiais recicláveis no Município. Essa circunstância nós trabalhamos daqui até Santana do Livramento com diversas famílias, com todos os programas, temos departamento de marketing para arrumar emprego, temos parceria com 160 empresas para encaminhar desde o primeiro emprego, trabalhamos em motivações nas vilas e favelas para as pessoas retornarem ao trabalho. Nós temos um trabalho social de envergadura nacional, temos aqui, em Campinas, em São Paulo, São Bernardo do Campo. Então a gente queria solicitar aos Parlamentares que esse problema não é nacional, são coisas da política local esse problema social: para quem vai a verba, a quem se deve ajudar, são coisas da comarca local, do Poder Legislativo e do Executivo locais. Eu tenho me inscrito nas Prefeituras, no Governo do

Estado muitas vezes, e eu acho que eles pensam que eu vou pedir, mas eu vou levar projetos para o Governo. Inclusive, no dia 1º de janeiro, eu me inscrevi para falar com o Prefeito Marchezan e, até agora, não recebi um resultado. Eu tenho projetos maravilhosos para o Município e para o Estado também. Nós não vamos só pedir. Aqui vimos solicitar aos legisladores que nos ajudem nessa parte, porque os senhores e as senhoras viram o tamanho da criminalidade no Estado. Quando nós estávamos ativos, quando havia todos os recursos, a criminalidade tinha diminuído, porque trabalhávamos e sanávamos esse problema da necessidade das pessoas, impedindo que outros adotassem essas pessoas. Esse é o meu pedido.

Eu queria fazer uma apresentação de quem sou eu, pois a Casa aqui não sabe, eu estou desde a década de 1960 nesse trabalho. Em outra oportunidade, pode ser que eu tenha tempo para esclarecer isso. Era isso o que eu queria pedir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos o Sr. Sady Severo Martins a fazer parte da Mesa.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Pastor Sady e dizer que não é de hoje que eu o conheço. Em nome da Bancada do PMDB – Ver.^a Comandante Nádia; Ver. Cecchim, nosso Líder; Ver. André Carús, Ver. Mendes Ribeiro – e em meu nome, Ver. Valter Nagelstein, um abraço.

(Não revisto pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. THIAGO: Ilustre Presidente, Sr. Sady, é uma satisfação o senhor estar aqui conosco hoje. Queremos colocar a Bancada do DEM – em meu nome, no nome do Ver. Pujol e do Vereador que também é oriundo da igreja evangélica, nosso 1º Suplente – à sua disposição que o senhor tencionar para que nós possamos ajudar. Parabéns pela sua exposição, parabéns pela sua estada aqui.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Quero cumprimentar aqui o Pastor Sady. Fiquei atento, ouvindo com muita atenção. O seu caminho seria um caminho certo para a dignidade do ser humano, acredito eu. Eu moro no Centro Histórico de Porto Alegre, onde a gente convive muito com as pessoas nas calçadas, nos colchões, e quando vem o frio, a chuva, a gente vê que realmente isso é desumano. Então, em nome da Bancada do PSD, estamos aqui lhe oferecendo também qualquer tipo de apoio para somar a essa caminhada, que é digna para o ser humano.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero aproveitar a oportunidade, Sady – eu já te conheço há muito tempo –, para dizer que a Tribuna Popular é para isto mesmo, para que tu possas te expressar livremente aqui na Casa do Povo, colocar tuas ideias. Pode alguém até não gostar, mas são tuas ideias, aquilo que tu sentes dia a dia na Cidade. Parabéns, conte com a nossa bancada quando quiser, e a Casa do Povo está sempre à disposição para que pessoas possam aqui se expressar, falar da Cidade. Por isso é tribuna livre, é livre mesmo, com a possibilidade de vocês reclamarem, sugerirem, enfim, acrescentarem algo que seja bom para a nossa Cidade. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Sady Severo Martins está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. SADY SEVERO MARTINS: Eu agradeço a todos e também peço que o meu pedido seja atendido para que nós todos ganhemos – toda sociedade brasileira, gaúcha e porto-alegrense. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h33min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h34min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Lino Zinn está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LINO ZINN: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero aqui chamar a atenção que a nossa Capital foi destaque na mídia internacional nesse final de semana, na revista The Economist, como sendo uma das 50 cidades mais violentas do mundo; já não é novidade para nós, mas é importante ressaltar que um veículo de comunicação tão expressivo, infelizmente, deu uma visibilidade tão ruim para Porto Alegre. Eu quero convocar vocês para pensarem junto comigo se seria coincidência que, das 50 cidades mais violentas do mundo, 43 estão na América Latina? Seria coincidência, Ver. Cláudio Janta, que 43 das 50 cidades estão na América Latina? Seria coincidência também que, após a ascensão de esquerda na América Latina, ligada ao foro de São Paulo, a violência urbana tenha explodido no continente? Será que é coincidência que Caracas, a capital da república bolivariana, defendida pelo PT e pelo PSOL, se tornou a capital mais violenta do mundo? Até há pouco tempo, no *site* do PSOL, da Sra. Luciana Genro, existia a defesa dos valores defendidos pela revolução bolivariana; agora, após o golpe que o Judiciário deu no Congresso, foi retirado o texto, a fim de esconder o que não tem mais como esconder!

É fácil quando a política da esquerda dá errado - as pessoas passam fome, miséria, são assassinadas: em Caracas, a cada 100 mil pessoas, 119 são assassinadas -, é fácil dizer que isso não é o socialismo. Enquanto está implantando o regime, é socialismo; quando dá errado, não é socialismo! Só que todas as tentativas, no mundo, de implantação do

socialismo – e digo todas – deram errado e levaram para o mesmo fim. Não é o socialismo que foi deturpado; ele não funciona.

Porém, meu foco neste momento é falar de Porto Alegre. Esta Legislatura, da qual tenho a honra de participar por alguns dias, é determinante para a história de Porto Alegre porque estamos hoje na 43ª Cidade mais violenta do mundo com pouco recurso sendo destinado à segurança, mas com uma companhia de ônibus pública. Eu pergunto se faz sentido não podermos sair às ruas, onde o cidadão porto-alegrense anda sendo assassinado, e termos uma companhia pública de transporte. A Carris, nos anos de 2014 e 2015, deu um prejuízo de R\$ 100 milhões. Quem paga essa conta é o cidadão porto-alegrense, é o pagador de impostos, o trabalhador quando usa o ônibus. É justo que o trabalhador pague essa conta do prejuízo? É justo que ele pague caro pela passagem e ainda contribua com o dinheiro dos impostos para subsidiar? Não! Isso não é justo e não pode acontecer! É uma ofensa ao pagador de impostos. O prejuízo da Carris é o dobro do orçamento da segurança, o suficiente para colocarmos mais 500 guardas nas ruas. Então é por isso que eu digo aqui, sem ressalva e sem medo: Sr. Prefeito, vamos privatizar a Carris e investir todo o recurso na segurança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, o tema que trago a sua reflexão é o que nós chamamos em participação popular, e que aqui ficou amplamente conhecido como Orçamento Participativo, e tal atividade, tal forma organizativa acabou se mundializando. Eu creio que vocês encontrarão, em muitos lugares do mundo, várias traduções, entrevistas, relatos, seja de um humilde partícipe cidadão do Recanto do Sabiá, Ver. Matheus; seja lá da Zona Sul, do Belém Novo, Ver. Paulinho; do Lami, Ver. Thiago, porque fez história. Quem começou o processo de organização popular parecido com o que se fez aqui em Porto Alegre a partir de 1989? Dirceu Carneiro, em Lages – que não é do meu partido; o ex-prefeito de Pelotas, que avançou bastante esse processo; depois começou com a primeira gestão da Administração Popular em Porto Alegre, com Olívio Dutra. Outros o seguiram, e muitos

diziam que, passadas as quatro gestões do PT e de seus aliados, o Orçamento Participativo terminaria em Porto Alegre. Não, não terminou. Já na época do Partido dos Trabalhadores, faça-se justiça, nós tivemos algumas crises. Eu mesmo fui Secretário da Produção, Indústria e Comércio, Ver. Idenir Cecchim, que sabe que uma parte foi V. Exa. que acabou pagando. Nós fizemos um acordo no grupo que trata do desenvolvimento econômico e acertamos que algumas das demandas não seriam cumpridas, porque seriam inexequíveis. Tratamos de algumas delas e as zeramos praticamente, sobrou alguma coisa na gestão seguinte, onde o Ver. Idenir Cecchim estava naquela Secretaria. O Orçamento Participativo se reestruturou, houve uma polêmica entre o Orçamento Participativo e a secretaria que foi comandada pelo Busatto, que acabou tratando de algumas questões mais de parceria público-privada, compensações. E o OP continuou, bem ou mal continuou.

Eu acho que o Orçamento Participativo em Porto Alegre, tal e qual ele foi formulado e tratado, entrou em crise. Queria falar especialmente ao Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, a Prefeitura não pode terminar o Orçamento Participativo, ela pode questionar, porque esse não é um espaço de Governo, é um espaço da sociedade civil, é um espaço não governamental. Eu entrei, estranhamente alguns podem achar, porque eu não costumo fazer frentes parlamentares, eu normalmente participo de outras frentes parlamentares, valorizo as que são feitas por colegas, como, no caso, do Ver. Felipe Camozzato, que tem uma Frente Parlamentar da Desburocratização do Empreendedorismo, estou junto participando, participarei cada vez mais; a Frente Parlamentar do Turismo, com o Ver. João Carlos Nedel; e, no caso agora, eu vou pedir a V. Exas. que apoiem e aprovelem conosco a Frente Parlamentar em Defesa do Orçamento Participativo e da Participação Popular, para que nós possamos, juntos, buscar uma reformulação do Orçamento Participativo. Longe de mim, querer fazer com que a roda da história sempre ande para a frente, sem nunca ter um problema, porque eu acho que, no mínimo, tem que engraxá-la, se não ela não funciona.

Então, nesse sentido, vou pedir o apoio de V. Exas., tenho conversado com alguns Vereadores, quero conversar hoje mais. Não será um Gre-Nal, longe de mim isso, vamos botar um pouquinho de Zequinha, de Novo Hamburgo no meio dessa parada toda, fazer um belo debate e ajudar a municipalidade. Uma Porto Alegre para as pessoas, eu falo em meu nome, em nome da minha Bancada do PT e do PSOL. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, uso o tempo de Liderança, Ver.^a Nádia – que foi tão bem exercido por V. Exa., durante o mês das mulheres, mês de março -, para falar de coisas boas da Cidade. Mas eu quero aproveitar para falar em cima do discurso do Ver. Adeli Sell, dizendo a ele e reconhecendo que o partido do qual ele fazia parte, na época, não o deixou fazer certas coisas na SMIC, por isso que sobraram todos os ambulantes para eu dar um jeito, motivo por que fizemos o Camelódromo. O PT não o deixou fazer, mas nós fizemos. O Prefeito Fogaça me deu toda a cobertura e nós realizamos aquilo que era necessário fazer na SMIC: limpar o Centro de Porto Alegre, essa é a palavra, limpar, porque tem muita sujeira lá, provocada por pessoas inescrupulosas, que vendem frutas, verduras, quinquilharias e tantas coisas mais, que são sujeiras. Esse é o termo. Então, limpamos o Centro de Porto Alegre e fizemos as coisas que a SMIC e o desenvolvimento pediam para fazer. O Prefeito Fogaça me deu e nós fizemos isso. Agora, quanto ao Orçamento Participativo, eu tenho um projeto tramitando nesta Casa, não pedi urgência, porque acho que ele deve ser discutido nas Comissões, que é o Orçamento Participativo através do computador ou do telefone, e, no mesmo Orçamento, diz que cada pessoa pode votar uma vez só. Isso é redundante, mas tem que escrever aqui em Porto Alegre, Ver. João Bosco, porque se não as pessoas saem da Zona Sul e vão lá no Sarandi votar nas demandas de lá; depois saem de lá e vão votar nas demandas do Partenon. Isso tem que acabar mesmo. Não é possível ser aparelho de alguém. Por isso o meu projeto diz que pode votar pelo computador, pelo celular, uma vez só. Pega a senha e vota. Esse é o Orçamento Participativo realmente que todos podem participar, desde o Moinhos de Vento, a Restinga, o Rubem Berta, o Sarandi, o Higienópolis, todos votam, todos são do Município de Porto Alegre, as pessoas são de Porto Alegre. Por isso esse projeto está em tramitação nesta Casa e acho que vai ajudar a acertar essa discrepância que existe. Claro que é uma ideia boa a participação popular, mas não pode ser participação de um ou dois usando uma massa de manobra enorme que vai de um canto a outro da Cidade. Não é

possível mais se encontrar ônibus que vem de Belém Novo pro Sarandi, ônibus que vai do Rubem Berta para a Lomba do Pinheiro, da Lomba do Pinheiro para... Não! Isso é para fazer um OP em que todo cidadão tenha a mesma oportunidade de reivindicar. Por isso, os Vereadores que analisarem esse projeto, que está tramitando na Câmara, por favor, deem uma olhada, ele é democrático e já está sendo usado. E para fazer justiça, em Belo Horizonte, foi o próprio Partido dos Trabalhadores, o Pimentel que resolveu fazer o OP via *e-mail*, através das redes sociais, fazendo com que todos os cidadãos tenham a oportunidade de votar sem precisar sair de casa. Não é mais preciso lotar ônibus para fazer reuniões do OP. São feitas as eleições, os representantes são votados, mas se faz os pedidos das demandas através do voto único de cada um, de cada cidadão. Não tem esse negócio de votar em todos os lugares da Cidade para defender uma ou outra causa. Todos os cidadãos têm competência e saberão votar naquilo que é necessário. Acho que essa é uma grande saída, economiza muito dinheiro, ao invés de pagar hora extra para um monte de gente em cada assembleia geral. Isso só serve para meia dúzia fazerem propaganda política, na maioria das vezes enganosa, na maioria das vezes promessas que sabem que não serão cumpridas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Comandante Nádia: Presidente, só gostaria de comunicar que estou repassando a Liderança para o nosso Ver. Idenir Cecchim, já que ele, gentilmente, no mês de março, Mês da Mulher, trouxe a Liderança para esta Vereadora. Agora, a devolvo ao nosso Líder maior da bancada do PMDB, Idenir Cecchim, com muito orgulho. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Está feito o registro. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em primeiro lugar, quero elogiar a iniciativa do nosso colega de bancada, Ver. Adeli Sell. A nossa bancada discutiu coletivamente, já fez aqui a crítica da suspensão do Orçamento Participativo. Este não é um instrumento que só vale para quando a situação está boa; ao contrário, a população precisa participar da compreensão do Estado, da questão econômica, das propostas do novo Governo.

Este ano é ano de Plano Plurianual. O Prefeito entregou aqui promessas. O Plurianual, vai discutir com quem? Uma das estruturas organizativas da cidade de Porto Alegre é o Orçamento Participativo e deve ser chamado, convocado para fazer balanço das obras que estão elencadas, priorizadas, começadas, terminadas, em conclusão, e para participar das diretrizes do novo governo.

Nós vamos fortalecer esta Frente Parlamentar, fazer este debate, porque o Orçamento Participativo não é uma política de um governo, já se caracterizou como uma política de cidade.

Eu escrevia, na semana passada, num artigo que saiu no jornal Correio do Povo, respondendo ao Prefeito, que ele não passe por cima da democracia. A Cidade quer ser ouvida. Nós vivemos nos meses de janeiro, fevereiro e março amplas mobilizações pedindo democracia, pedindo respeito, pedindo diálogo, pedindo participação. Não é possível, não dá para aceitar uma cidade que retrocede na questão mais cara sua, que mais a projetou no mundo, que foi a democracia participativa, que foi a possibilidade da construção coletiva das prioridades dos governos para que as políticas sejam políticas de Estado, estejam acima dos sabores dos governos de ocasião, dos governos que vão se elegendando e vão se seguindo nesta Cidade. A nossa Cidade tem muito a preservar do que já construiu, tem muito a ensinar para os novos gestores. Erra muito quem dispensa a participação da Cidade.

Nesse sentido, quero registrar aqui que temos uma reunião com o Prefeito na quarta-feira, o Ver. Cláudio Janta intermediou, da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público. Dezoito Vereadores e Vereadoras assinaram o Requerimento encabeçado pela Ver.^a Fernanda Melchionna solicitando a reunião. E espero que essa reunião seja para abrir o diálogo, Ver. André Carús; a nossa expectativa é que de o Governo abra uma mesa de negociações com Simpa, Atempa e quem representar o coletivo da categoria, das redes de ensino. Porque não são só os professores; são, sim, os conselhos escolares, pais, mães e alunos que vêm se manifestando, seja nas suas reuniões nas escolas, seja nas ruas, nas audiências públicas. Aqui, à noite, na audiência que realizamos da Frente Parlamentar, tivemos depoimentos de mães, de alunos, de pais, aqui nesta Casa, dizendo que querem diálogo sobre a educação municipal. E temos um parecer do Conselho Municipal determinando isso, dizendo ao Prefeito: “...Mantenha as orientações do ano passado e faça um processo coletivo.” Então, a nossa ida lá vai ter esse sentido.

Uso este último minuto da Bancada do PT, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell e Ver. Marcelo Sgarbossa, para agradecer à presidência desta Casa, à Mesa Diretora, aos diretores, ao Diretor-Geral, à equipe de segurança que foram exemplares, parceiros maravilhosos, o setor administrativo também, no evento que fizemos com a ex-Presidenta Dilma Rouseff, na quinta-feira. Orgulha-me muito esta Casa, porque os seus funcionários, as suas funcionárias demonstraram um republicanismo maravilhoso, uma capacidade de controle, pois tivemos provocação ali fora de contrários, politicamente, à presidência, tivemos uma forma muito inteligente de gestão disso, de controle pelos nossos servidores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...guardas municipais, a quem agradeço, comovida, porque foi maravilhoso, da chegada à saída, o cuidado, a atenção, o controle, o apoio às mulheres que organizaram o grande evento que aqui teve. Era uma organização de mais de trinta instituições, entidades das mulheres, dos movimentos. E a maioria que entrou nesta Casa, neste plenário eram mulheres. Os homens cederam espaço. Nós não tivemos autoridades homens aqui dentro, só mulheres. Tivemos um momento rico, bonito, forte, de escuta, de reflexão sobre a democracia brasileira, e esta Casa tem que se sentir honrada. A Presidenta, agora, sai para mais três semanas de palestras no Exterior e está fazendo pouquíssima agenda aqui no Rio Grande do Sul por conta disso. Então foi um sucesso, foi uma emoção. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Só queria informar a reunião que haverá na quarta-feira com o Prefeito, com os dezoito Vereadores que assinaram o documento e demais membros desta Casa que queiram participar dessa reunião. Será na quarta-feira, às 11h.

Aprego o Memorando nº 18, de autoria do Ver. Aldacir José Oliboni, para a COSMAM (Lê.): “Comunico aos nobres Pares desta Comissão que nesta data não poderei comparecer à reunião por estar acompanhando familiar (esposa) pós-procedimento cirúrgico. Contando com a compreensão de todos, desejo uma excelente reunião. Cordialmente, Ver. Aldacir José Oliboni, Vereador do PT”.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos para que o período de Grande Expediente fique para o final da Sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(14h59min) Havendo quorum, passamos à

ORDEM DO DIA

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a inversão da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, votar o Requerimento nº 068/17. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 068/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Roberto Robaina (Requerimento): Solicito alteração da ordem de priorização de votação para que passemos, logo após a votação do Requerimento nº 045/17, à votação do Requerimento nº 051/17 e do Requerimento nº 034/17. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Presidente, solicito alteração da ordem da priorização de votação para que passemos, logo após a votação do Requerimento nº 034/17, à discussão e votação do PR nº 064/16. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 041/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 042/17. (Pausa.) O Ver. Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 042/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu tenho apreço pelo Ver. Ferronato, pela sua origem, pela sua história, funcionário público, auditor de carreira a vida toda, professor de finanças. Agora, nós temos que perguntar, já que estamos falando em finanças, se há viabilidade econômico-financeira, em primeiro lugar, e se há interesse político, em segundo lugar. Quando estamos falando de Banrisul, me parece que as duas respostas são afirmativas. E está falando aqui alguém que foi Diretor do sistema financeiro do Badesul, antes de o PT ter quebrado o Badesul, porque quebrou, não sei se a Vereadora que sorri sabe, o ex-Diretor, o Marcelo, infelizmente, o meu querido amigo Dr. Mauro Knijnik, a quem tenho o maior apreço, estão com os bens indisponíveis neste momento, porque foi quebrado o Badesul. O Badesul emprestou, concentrou demais risco em empresas como a IESA Óleo e Gás, essas ligadas à Petrobras, quebraram as empresas e o Banco Central interveio no Badesul. Está hoje com uma intervenção, proibido de operar e de emprestar. Isso é lamentável, é obra do PT, Ver.^a Sofia Cavedon. Mas, para além disso, respondendo aqui. Banrisul, se o Banrisul é um banco que presta um serviço, como sabemos que presta, não me parece, que seja viável ou lógico falarmos na privatização dele. Isso era de um tempo, O Ver. Idenir Cecchim, em que os governos se endividavam, os governos estaduais e seus bancos, depois o Banco Central tinha que intervir e o Tesouro da União tinha que ir lá e aportar recursos. Não me parece que seja o que acontece no Banrisul, diferentemente do que acontece com outras estatais, infelizmente. A CEEE, que vem de um insumo que é básico, todo mundo precisa comprar, que é a energia elétrica, está quebrada. É possível nós imaginarmos que quebraram a CEEE? Claro que é, Ver. Lino, na lógica daqueles que falam em defesa do patrimônio público, mas chupam as empresas, sugam-nas em favor das corporações que tiram milionárias indenizações lá de dentro e que depois as inviabilizam. A CEEE é o exemplo mais claro disso, a CEEE vende uma coisa que todo mundo precisa e tem que pagar à vista, e está quebrada. Eu tenho um amigo advogado que ganhou, de indenização aqui da CEEE, R\$ 60 milhões, um advogado, comprou o

prédio da União ali no Centro. E assim tem sido feito, num conluio criminoso entre partidos políticos de uma determinada vertente ideológica com sindicatos e associações que, por sua vez, retroalimentam esses partidos e são sua própria clientela. Vão matando as nossas estatais, que deveriam ser essenciais na regulação do preço, no fornecimento de serviços. Quem paga isso? Nós, contribuintes. Tem que aumentar imposto, depois, ninguém quer que aumente ICMS, que aumente isso, que aumente aquilo. Aumenta, porque tem que pagar o buraco. Então, meus caros Vereadores, se é para ser deficitária, se é para todos nós, gaúchos, termos que estar pagando a conta, aí, sim, nós vamos ter que consultar o povo do Rio Grande do Sul, se ele quer pagar tantos milhões por ano para tapar buraco da CEEE, da CESA, da CRM, da Cientec. Eu tenho amigos, ex-servidores e servidores da Cientec. “Ah, mas ela trabalha na pesquisa”, me dizem. Sim, mas qual é a pesquisa, meu amigo? “A pesquisa da qualidade da água do Litoral”. Mas, se tu fores para Tramandaí, tirares, num tubinho de ensaio, um pouquinho de água e trouxeres num laboratório, ali, na Rua Barão do Amazonas, que é privado e onde custa R\$ 150,00 o exame, tu fazes o exame da qualidade da água. Precisa ter uma amostra de uma estrutura aqui? Outro dia, eu pensei, será que eles estão desenvolvendo o *chip* de última geração do celular que nós estamos usando ou, sei lá, alguma coisa que está fazendo a diferença na nossa vida, que sustente este argumento de que tem que ser mantido para fins da pesquisa? Mas que pesquisa é essa? Na verdade, estão mantendo estruturas que, por sua vez, mantêm cabides de empregos, com todo o respeito a servidores que possam estar lá, dedicando uma vida inteira, mas que, por outro lado, esses sindicatos são a massa de manobra que retroalimenta estes partidos que estão sentados aqui e que enchem as galerias depois com esse pessoal do sindicato. Então, eu também sou favorável que, em alguns casos, haja estatais. Acho que as estatais, muitas vezes, são reguladoras de preço, são balizadoras, são *benchmarkings* do mercado. Não tem sido o caso do Brasil! Se nós tivéssemos aqui medição de produtividade, meritocracia, se não tivesse a tal da estabilidade no serviço público, que tem que ficar pagando para uns que não trabalham e se acomodam num canto, quem sabe, as estatais pudessem estar competindo em grau de igualdade com as empresas da economia privada. Agora, as estatais se prestaram, nesses últimos tempos, simplesmente, a alimentar esses interesses cooperativos, que, volto a dizer, sugam as estatais, chupam as estatais, matam as estatais. E quem paga, de novo, é o povo... (Som cortado

automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então, se esta moção fosse proposta, Ver. Ferronato, na década de 1950, quando o Brasil não tinha nem poupança interna - e continua não tendo -, nem estatais, nem empresas públicas ou privadas, que pudessem fazer esse tipo de serviço; naquele momento, essa lógica se justificaria. Agora, hoje, o que a sociedade quer de nós, políticos? Quer que trabalhemos para que as pessoas tenham segurança pública, para que as pessoas tenham educação, para que as pessoas tenham saúde. Esse discurso não é neoliberal, é porque nem isso tem, nem na esquerda, nem na direita. Não tem saúde pública nos hospitais do SUS; não tem transporte de qualidade, por outro lado... Não tem nada! Vão ficar idealmente sustentando que tem que ter um Estado que dê tudo isso. Se o Estado desse, ótimo; pior é que o Estado não está dando. Todas essas instituições, por mais respeitáveis que sejam, assim como as suas histórias, estão se prestando a manter estruturas de privilégio e de benefícios das suas corporações. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 042/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, cidadãos e cidadãos, em primeiro lugar, quero esclarecer que o Ver. Aírto Ferronato não propôs uma moção, propôs uma frente parlamentar. Numa frente parlamentar, sentamo-nos numa sala e vamos ao debate. Nesse espaço, todas as questões que o Ver. Valter Nagelstein levantou poderiam, podem e devem ser levantadas, são problemas reais. Se nós falarmos de ações trabalhistas nessas empresas, nós vamos ver quem tem efetiva culpa no cartório. Vamos ver quem tem culpa no cartório! Tem muita gente graúda que tem culpa no cartório, que fez corpo mole, que negociou por trás do pano; aí, sim, nós veríamos os verdadeiros problemas. Sempre nós temos que achar o culpado. Um dia, é o estagiário; no outro dia, é o barnabé, que lhe cortam o salário, porque está acima do teto de alguém, do Prefeito, do Governador, do Desembargador. Agora, não se discute a que serve,

efetivamente, o serviço público. Se nós tivéssemos um incentivo efetivo ao servidor da CEEE, será que ela funcionaria com algumas precariedades que lá encontramos? Será que é justo privatizar a Sulgás, que é pequena, enxuta, dinâmica e que dá lucro? Queria dialogar aqui com a verdadeira bancada liberal, a Bancada do NOVO, com quem dá para discutir a questão do liberalismo econômico, porque alguns que se dizem liberais aqui são mais estadistas do que a bancada do PSOL e do PT juntas. Mas o Ferronato em uma boa hora levanta essa questão para nós: por que não incrementar uma frente parlamentar? Afinal de contas, é um tema estadual, mas as empresas estão situadas no Município de Porto Alegre! Como ficou a situação da telefonia? De um dia para outro, todo mundo teve acesso a celular, do catador na rua ao executivo. Muitos têm quatro *chips* pré-pagos, pós-pagos, têm para todos os gostos. Mas o Ver. Valter Nagelstein, em boa hora, pede uma CPI da telefonia, com a qual eu estou junto cem por cento, porque sabemos que a telefonia virou um grande engodo. Olhem a situação da Oi em nível nacional! Uma dívida bilionária! Como a Oi trata os serviços terceirizados? Será que encontraremos a dignidade da pessoa humana nos terceirizados da Oi? Obviamente, Ver. Alex, nós não encontraremos! Quero de volta a CRT? Não! Longe disso! A CRT era um cabide de empregos, assim como muitos órgãos ligados ao Governo são cabidões! Eu deixo a questão do Badesul para um outro debate. Vou verificar com a minha bancada e com a do PSOL se um dia eu posso usar a liderança aqui, ou uma comunicação para discutir o Badesul. Mas eu ainda quero lembrar o Banrisul. O Banrisul, apesar de todos os percalços, tem dado lucro, por isso que nós, Ver. Oliboni, Ver.^a Sofia, Ver. Sgarbossa, nós estamos com V. Exa. Ver. Aírto Ferronato. Nosso voto é pela instituição, e trabalho imediato da Frente Parlamentar em defesa dessas instituições. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 042/17, pela oposição.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde a todos, eu acho que a proposição do Ver. Aírto Ferronato é muito importante, porque são assuntos fundamentais para o cidadão de Porto Alegre. Discutir isso independe, inclusive, de ideologia. Eu não acho que haja uma objeção de quem tenha uma visão privatista, por exemplo. Não acho que tenha motivo

para se contrapor a essa Frente Parlamentar. É de interesse público que haja e que se jogue luz, a partir da Câmara de Vereadores, em instituições da importância da CEEE, do Banrisul, da Corsan. É disso que se trata, em primeiro lugar: jogar luz sobre o problema. A Frente Parlamentar vai se debruçar, vai trabalhar, vai apresentar diagnósticos e propostas; e ajuda muito a participação do maior número de Vereadores em uma Frente Parlamentar com essa natureza. Acho que o objetivo do Ver. Ferronato é exatamente esse.

É evidente que nós temos uma posição política, uma posição política de luta contra a privatização das empresas estatais, uma luta pelo controle público das empresas estatais, porque, a rigor, não necessariamente uma empresa estatal significa que ela tenha o controle público, sobretudo quando nós temos um Estado em que a lógica privada domina, em que o interesse privado acaba dominando a própria lógica do Estado. Então, nós temos muitos casos de empresas estatais sem controle público. Nós necessitamos de empresas estatais com controle público. E isso, em geral, infelizmente, nós não temos, razão pela qual muitas empresas estatais fracassam e perdem inclusive a sua capacidade de receber apoio do público, porque elas são apropriadas por burocracias ou inclusive para beneficiar a lógica privada, mesmo sendo empresa estatal. Eu vejo que é muito importante, no caso específico, a defesa da CEEE. É uma discussão de muitos anos, é evidente que a CEEE está sendo desmontada há muito tempo, mas nós já tivemos discussões sobre a CEEE que vêm da época do Governo do PMDB, há denúncias de corrupção na CEEE de 1987, não são denúncias atuais. Por sinal, estão ainda, no caso da CEEE, em segredo de justiça, por incrível que pareça, denúncias, volumosas denúncias, recursos de milhões, da época do Governo Simon. Não sou eu que estou falando, isso está na justiça, em segredo de justiça. Por sinal, considero um escândalo que uma ação sobre as fraudes na CEEE, na época dos anos 1980, ainda não seja de divulgação pública. Portanto, acho que inclusive a Frente Parlamentar em Defesa da CEEE vai poder cumprir também esse papel de resgatar as informações que devem ser públicas para que toda a sociedade conheça a real situação dessas empresas. Não vejo, portanto, sentido em não dar o máximo de apoio a essa iniciativa, até porque eu vejo que, quando tem um determinado Vereador, um determinado grupo de Vereadores fazendo um esforço para jogar luz em problemas, em tornar os problemas de domínio público, vale a pena apoiá-los. Infelizmente ainda não tive, aqui na Câmara de Vereadores, o apoio para

o meu pedido de CPI do DEP, vejo que já está se transformando num escândalo. Novamente, hoje, o DEP foi motivo de crime, houve um assalto novamente no DEP, roubo só dos documentos, e a Câmara de Vereadores infelizmente nesse caso tem feito pouco para jogar luz pública num problema grave como é o crime e a corrupção num Departamento tão importante para a Capital. Então apoio, em nome da oposição, a proposta do Aírto Ferronato, acho que é muito útil para todos e, portanto, acho que vale a pena o apoio unânime desta Casa para garantir que esse assunto seja fortalecido, a defesa da CEEE, Bannisul, Corsan, Companhia Rio-Grandense de Mineração e Sulgás. Vale a pena a Câmara de Vereadores se debruçar sobre esse problema, jogar luz sobre ele e apresentar soluções. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 042/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos e discussões na tarde de hoje, Vereadores e Vereadoras. Eu subo à tribuna, em nome do meu partido, PSOL, em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna, para apoiar integralmente a instituição, proposta pelo Ver. Aírto Ferronato, da constituição da Frente Parlamentar em Defesa da CEEE, do Bannisul, da Corsan, da Companhia Rio-Grandense de Mineração e da Sulgás. Senhoras e senhores, além destas, nós temos, aqui no nosso Estado, diversas fundações que também prestam o serviço, assim como essas empresas, imprescindíveis ao povo rio-grandense. Nós não podemos abrir mão de planejamento estratégico, pesquisa, bons serviços públicos. Eu faço aqui um pequeno recorte: a nossa CEEE, que reiteradamente tem sido alvo de críticas por parte de diversos setores da política e até mesmo da própria sociedade, é uma empresa que apresenta muito bons índices na prestação do seu serviço. Com relação à continuidade do fornecimento de energia, ela ganha com larga vantagem, por exemplo, das suas concorrentes aqui no nosso Estado, como a AES Sul. A AES Sul tem índices de prestação de serviços à população piores que a CEEE, não é uma companhia, não é uma empresa que dê lucro, em boa parte, por conta de casos de má gestão. Má gestão por ser transformada, em diferentes governos, em um cabide de empregos, como

é prática nociva neste País, em diversos órgãos, secretarias e empresas. Infelizmente as empresas públicas são utilizadas de uma forma nociva, terrível que privilegia alguns poucos e afortunados bolsos em detrimento da saúde financeira da empresa e também dos cidadãos da nossa Cidade e do nosso Estado. Levantando alguns números, nós percebemos que a Sulgás - uma das empresas que tem a visão do Ver. Aírto Ferronato como uma empresa estratégica por conta do fornecimento e da ampliação das redes de fornecimento do gás natural em nossa Cidade, gás natural esse que não é somente utilizado nos cilindros amarelos que ficam nos porta-malas dos veículos automotores, mas que é também utilizado em indústrias... Essas redes estão se ampliando. Esse investimento sai dos cofres dessa empresa pública, e, ainda assim, aumentando as suas linhas de oferta do produto, a empresa consegue ter grandes lucros. No ano passado, foram R\$ 120 milhões. Se não me falha a memória, um terço desse valor é repassado diretamente aos cofres do Estado. É um grande volume de dinheiro! Agora eu pergunto, senhores e senhoras: privatizada a empresa, será que uma compradora também vai ter a intenção de qualificar e ampliar a rede de distribuição? Ou vai manter a Sulgás como uma empresa de fachada, para o investimento necessário para a empresa privada operar somente os seus lucros? Isso tem sido feito!

O Banrisul, ano passado, teve lucro de R\$ 659 milhões, e o Banrisul é a menina dos olhos das bandeiras de cartões de crédito, porque instituiu uma bandeira própria, bandeira essa que transfere para os nossos cofres esses rendimentos e que é uma ameaça direta a bandeiras internacionais, como Visa e Mastercard. Para ver o potencial do Banrisul e da sua bandeira, o Banricompras... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Só para ter uma ideia, a Walmart, uma empresa, uma rede poderosa de supermercados, tentou instituir um cartão próprio, a bandeira Hipercard, e quebrou. Isso que a retaguarda financeira fornecida pela rede Big, pela rede Nacional é poderosa, e o Hipercard quebrou. O Banrisul conseguiu instituir a sua linha de crédito, e ela traz lucros anuais para o nosso Estado. E, agora, é aventada a possibilidade de o nosso Estado se desfazer desse bem. Isso é inaceitável, isso é imoral. Por isso, peço apoio aos Vereadores para aprovarmos essa Frente Parlamentar para desvendarmos o que os números têm a nos dizer sobre essas instituições e se a sua venda é ou não necessária para o nosso Estado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 042/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, é como foi aqui dito, até rebatendo as posições do Ver. Valter Nagelstein: nós estamos propondo uma Frente Parlamentar em Defesa da CEEE, Bannisul, Corsan, CRM e Sulgás. Por quê? Porque o Governo do Estado, diferente do que disse aqui o Ver. Valter, apenas propõe – duramente – a retirada da necessidade de nós termos um plebiscito sobre vender ou não essas estatais. Eu, particularmente, acredito – já disse para o meu partido – que o caminho é o plebiscito. Eu sou contra, particularmente contra, mas, se há alguma pretensão de se desfazer dessas estatais, que se faça um plebiscito no Estado para ouvir a opinião e a voz popular. Portanto, a nossa Frente Parlamentar vai tratar desses temas. Assim como diferentes outras frentes foram formadas aqui, e sempre com meu apoio, diga-se de passagem, essa Frente Parlamentar, na minha visão, precisa ser aprovada, apoiada e, com isso, que se faça uma bela discussão aqui na Câmara sobre esse tema que é de fundamental importância para o Estado do Rio Grande do Sul e, por que não, para a nossa Capital, Porto Alegre. Só um parêntese: eu ouvia críticas com relação às estatais, e o Governador e o Deputado se arrebatando em explicar as mazelas, entre aspas, das estatais, só que quem quer comprar a CEEE é uma estatal chinesa! Então, temos que entregar as nossas estatais meio que de bandeja, o que é uma incongruência.

Para concluir, apenas porque o Ver. Valter falou sobre o tema, a CEEE enfrentou uma série de problemas quando foi repartida ao meio, sendo o filé das operações entregue para a iniciativa privada - foi o exemplo da AES Sul, que, concordo, tem uma avaliação dos serviços pior do que a CEEE! Então, de um lado o filé da operação da energia elétrica foi entregue a terceiros, privatizado, e a CEEE ficou com o carvão - as dívidas -, e aos poucos está se recuperando, sim. Portanto a formação desta Frente é interessante neste sentido. Vamos discutir o tema. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Lino Zinn está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 042/17.

O SR. LINO ZINN: Sr. Presidente, Ver. Aírto Ferronato, tenho uma posição muito clara e simples sobre a questão das estatais: privatiza tudo! Nada é melhor para o cidadão do que a livre concorrência, com diversas empresas disputando pela preferência. Assim a gente vai ter preço mais barato e serviço melhor.

A questão da telefonia é um bom exemplo porque foi privatizada, e, mesmo num capitalismo de compadrio, num capitalismo estatal, onde a Anatel protege as companhias e o BNDES financia os prejuízos, mesmo assim, é melhor para o consumidor porque ele consegue ter um telefone, pagando mais barato a chamada, graças à privatização. Imoral, Ver. Prof. Alex Fraga, é a gestão temerária que o PT, PSDB, PMDB, fazem com as empresas públicas. Isso é imoral, Ver. Prof. Alex Fraga! Como uma empresa privada está concorrendo pela preferência do consumidor, ela publica balanços, nesses níveis que estamos falando, existindo concorrência pelo menor preço, para ver o cliente mais satisfeito. A gente não vê isso no serviço público. E aí eu digo a vocês: muitos gaúchos hoje, muitos porto-alegrenses estão indo embora de Porto Alegre. Semana passada, o apresentador da RBS foi morar em Curitiba, o Marcos Piangers; ele fez uma nota no jornal Zero Hora em que diz estar abandonando a Cidade por causa da violência. Se tu vais para Santa Catarina, que não tem banco estatal, a segurança e o emprego são muito maiores que aqui, Presidente Cassio. E as pessoas estão indo para Florianópolis, estão indo para Curitiba atrás de segurança e de emprego. Ninguém vai para Florianópolis atrás de um banco estadual.

Por fim, não posso deixar, Ver. Ferronato, de ser favorável à sua Frente. Como uma pessoa que valoriza o debate, eu acho que a sua Frente é salutar, mas é muito importante entendermos aqui que a Frente tem que levar essas questões adiante. Não pode ser uma frente para jogar para a torcida, jogar para o servidor, que acaba sendo o refém de políticos demagogos que prometem defender os empregos, mas estão defendendo as vagas para seus companheiros. Mesmo assim, encaminhamos favoravelmente à Frente.

Privatiza tudo!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 042/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos Vereadores Valter Nagelstein, Medes Ribeiro, Idenir Cecchim e André Carús.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando alteração da ordem de priorização de votação para que passemos, imediatamente, à votação do Requerimento nº 051/17. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Comandante Nádia: Sr. Presidente, para que conste em Ata, registro voto contrário à Frente Parlamentar em Defesa da CEEE, Bannisul, Corsan e Companhia Riograndense de Mineração.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 051/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em votação o Requerimento nº 045/17. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 045/17.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadoras e Vereadores; público que nos assiste; existia já, no ano passado, a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, por iniciativa do Ver. Elizandro Sabino. Como eu falei outro dia, comuniquei a ele que iria reativá-la. E como eu fui, durante sete anos, conselheiro tutelar aqui da Capital, Região Centro, então sei o quão grande é a luta de todos que trabalham nessa área. E tem muitas peleias pela frente em relação à criança e ao adolescente. Os índices que chamam a atenção e nos assustam, na verdade, são quanto à drogadição, debater sobre o tema *crack*, que infelizmente está atingindo todas as camadas sociais, não só os adultos e adolescentes, mas crianças também. Então, tem muito a debatermos, não só em relação às drogas, mas há outros temas como gravidez na adolescência, sexualização da criança, violência escolar, inclusão escolar, *bullying*. Enfim, há muitas matérias para discutirmos dentro dessa Frente Parlamentar. E, acima de tudo, devemos ter uma atenção especial para a criança e o adolescente para os conselhos tutelares.

Então, essa Frente, sendo criada, vai estar abrindo portas aqui nesta Casa para discutirmos todos esses temas e termos uma atenção especial com a criança e o adolescente. Eu conto, então, com a ajuda de todos os Pares, todos os colegas, para que seja aprovada essa Frente Parlamentar. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 045/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. José Freitas, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Eu entendo que um olhar específico desta Casa para a criança e o adolescente é muito importante, apesar de outras frentes trabalharem com outras dimensões a esse respeito. Quero lhe dar algumas sugestões. Conversava hoje de manhã com a Dra. Cinara, do Ministério Público, sobre o tema da adoção, o tema dos abrigos. É um desafio enorme, e talvez algumas ações da Frente possam ajudar a sensibilizar o Judiciário. Com um cartório a mais, um plantel a mais, poderíamos já estar com muitas crianças fora do abrigo, adotadas. Os casais, hoje, em média, esperam por oito anos para adotar crianças e ficam por oito anos aguardando por processos burocráticos. As crianças envelhecem nos abrigos e os casais também envelhecem, alguns casais saem da lista porque desistem. Então um dos temas que quero lhe propor é este, da abrigagem *versus* adoção. Também quero dizer que os conselhos tutelares estão recebendo - o da Restinga eu sei que recebeu, de todas as escolas da Restinga - a posição dos conselhos escolares sobre essa mudança da rotina escolar. Nesse sentido é nosso o esforço de diálogo, porque tem o tema da segurança das nossas crianças que ficam das sete e meia até as oito sem professores na escola, se alimentando sozinhos. Então, é importante o tema da escola, o tema de dentro da escola, de a escola ter suporte na rede de atendimento da criança e do adolescente na região, porque a escola encaminha. Só na Restinga, no ano passado, eu participei de uma audiência pública sobre saúde mental. A Restinga tinha 500 crianças, no conjunto das escolas municipais e estaduais, indicadas para algum atendimento em saúde, esperando atendimento em saúde, sejam crianças que tinham sofrido violência, precisavam de apoio psicológico, à criança que precisava de encaminhamento de óculos, de consulta, ou de

diagnósticos sobre situações de deficiência. Então há dimensões importantíssimas da criança e do adolescente que precisam funcionar de maneira mais articulada na cidade de Porto Alegre. Nós fechamos agora o mês da mulher. Foi um mês muito intenso para a luta das mulheres, que pararam no dia 8, contra a violência, mas os dados da última quarta-feira mostram que as maiores atingidas pelo estupro e pelo assédio sexual são as meninas, são as adolescentes. Há novas formas perversas e tecnológicas de exploração da criança e do adolescente, então, este tema da violência contra meninas e adolescentes é um tema que nós devemos continuar trabalhando. Mesmo tendo terminado o mês de março, é importante que continuemos atuando nesse sentido, apoiando Conselhos Tutelares e fortalecendo as redes de atendimento da criança e do adolescente.

O meu encaminhamento pela Bancada do PT é em apoio a esta Frente. Nunca consegui participar, porque participo da Frente Parlamentar Contra a Violência Escolar, sobre a questão da educação, e agora do esporte, enfim, mas algumas atividades propostas por V. Exa. quero apoiar, assim como a nossa bancada. Parabéns pela iniciativa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 045/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero, muito rapidamente, Presidente, elogiar a iniciativa do Ver. José Freitas. Nós achamos que uma Frente Parlamentar que traga o tema da defesa da criança e do adolescente é fundamental no Município de Porto Alegre, e queria também agregar alguns temas que me parecem fundamentais neste processo.

Nós fizemos, no ano de 2015, quando eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ver. José Freitas, a vistoria nos abrigos das crianças que estão sob a tutela do Estado, portanto, crianças que já são vítimas da violência, da negligência familiar e que, por alguma razão, são afastadas da família original e passam à rede de abrigos, que deveria ter um sistema de abrigamento provisório, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, fato que não acontece. As crianças, às vezes, entram com dois anos e saem com 18. A Ver.^a Sofia trouxe o tema da adoção, e eu acho que são bem importantes os

temas que ela trouxe, da adoção, da morosidade desse sistema de adoção, da questão do afastamento de tutela, da entrada no cadastro de crianças que estão aptas a ser adotadas. Às vezes, demora tanto que a criança já cresceu e, infelizmente, muitas famílias querem adotar apenas bebês, não crianças maiores. Então, as crianças saem de lá com 18 anos. Abrem a porta e saem, porque não existe mais nenhuma proteção para essas crianças que saem.

Uma vez eu fui à Escola Porto Alegre, que é para pessoas em situação de rua, fazer esse debate com os moradores de rua: quantos haviam vindo dessa rede de crianças tuteladas pelo Estado? Mais da metade havia sido tutelada pelo Estado. Nós fomos fazer a vistoria, Ver. Lino, e havia abrigos onde a capacidade era para 20 crianças e lá estavam 53 crianças, três crianças dividindo o mesmo colchão. Tinham abrigos com a metade das crianças fora da escola. Nos abrigos que são para os adolescentes, João de Barro e Quero-Quero - está aqui a Raquel, que é minha assessora e me acompanhou, aliás, de uma maneira brilhante –, nessa fiscalização, nós chegamos às 11h, porque chegamos sem avisar, para não ter nenhuma maquiagem das condições, e era vergonhosa a sujeira, a maioria dos adolescentes estavam dormindo. Fomos numa sala onde havia oito computadores doados pela Procempa, que estavam encalhados, não estavam instalados porque a FASC dizia que não era com ela, a Procempa dizia que não era com ela, não era com ninguém, e os computadores apodrecendo; as crianças e os adolescentes podendo ter acesso à internet, mas eles estavam lá apodrecendo. Nenhuma biblioteca, nenhuma política que permitisse que esses adolescentes enxergassem aquele abrigo como a sua casa, porque nós estamos falando também de afeto quando nós estamos falando da possibilidade de ter crianças tuteladas pelo Estado que possam, sim, terminar o Ensino Médio, terminar o Ensino Fundamental, ingressar no mercado de trabalho e construir a sua vida, à revelia das violências anteriores da sua família original. A Dra. Sonáli fez uma conciliação direta nos abrigos, e avançou bastante, uma grande juíza que esteve por muito tempo à frente dessa questão das crianças e dos adolescentes. O que foi bastante importante, porque nessas audiências de conciliação já se resolviam determinados problemas.

No ano passado, quando nós fizemos o relatório, até metade do ano só 40 crianças haviam sido adotadas, de mais de 1.300 nessas condições. E o que deveria ser o acolhimento provisório acaba virando permanente. Então, tem muita coisa para discutir, é

um trabalho que merece continuidade. Nós estamos vendo uma crise na FASC, os CRAS sendo desmontados - os Centros de Referência na Assistência Social sem internet, sem telefone. Vocês imaginem como deve estar a situação dos abrigos, que já sofriam na penúria financeira e que já sofriam com a malversação de recursos públicos. Um dos abrigos inclusive foi objeto de investigação do Judiciário, no sentido de que havia superfaturamento na locação de um desses imóveis onde as crianças viviam nessas condições. Isso é inadmissível. É inaceitável que o Estado, que deveria ser responsável pela tutela dessas crianças, viole mais direitos de crianças que já tiveram seus direitos violados. Então eu quero parabenizar pela Frente, nós vamos votar a favor e estamos agregando essa pauta das visitas aos abrigos, estamos à disposição do Presidente da Frente, que será o Ver. José Freitas, para ajudar nesse quesito que merece nosso apoio e que merece o nosso acompanhamento. Agradeço pela atenção de todos e todas e contem conosco nessa luta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 045/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PR nº 064/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Solicito o adiamento da discussão do PLL nº 200/11 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 276/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Presidente, solicito a retirada da priorização de votação do PLL nº 071/14, da Ordem do Dia de hoje, pois estamos construindo algumas emendas com o Ver. Camozzato e com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. Márcio Bins Ely (Requerimento): Presidente, a pedido da oposição, para que a gente possa construir emendas, peço a retirada da priorização de votação do PLL nº 052/14, da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 010/14 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, Solicito a retirada de priorização de votação do PLL nº 163/16, da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 211/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Lino Zinn: Meu voto é contrário. Não adianta a gente proibir aqui em Porto Alegre, porque ele vai expulsar esses empreendedores, assim como foi no caso dos fogos de artifício, para estarem em Alvorada, Gravataí, municípios com menor poder de fiscalização que Porto Alegre.

O Sr. Idenir Cecchim: Só para esclarecer ao Ver. Lino, proibindo a licença para estarem em Porto Alegre, isso inviabiliza esta atividade de estar em Porto Alegre. Era essa mesma a intenção.

O Sr. Cláudio Janta: Quero registrar meu voto contra, Sr. Presidente. Nem vi esta votação aqui, e alguns Vereadores também não viram.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 211/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADA.

Em votação o PR nº 015/14. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 015/14, como autora.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, Vereadores, Vereadoras, colegas, todos que nos assistem aqui na tarde de hoje, (Lê.): “O PR nº 015/14 altera o inc. II do art. 174 do Regimento, incluindo a apreciação de matéria que exija maioria absoluta no rol de casos em que a votação será nominal. Atualmente, a votação se dá nas seguintes hipóteses: simbólica; nominal; na apreciação de veto e de matéria que exija dois terços de votos favoráveis para a aprovação ou por solicitação do Vereador. O Projeto de Resolução de minha autoria, ora em discussão, inclui, dentre os casos obrigatórios de votação nominal, matérias que exijam maioria absoluta, ou seja, aquelas que têm que obter 19 votos favoráveis para a aprovação, unificando o critério. Hoje, as matérias que necessitam de maioria absoluta podem ser aprovadas em votação simbólica, não havendo requerimento de algum Vereador para a realização de votação nominal. Razão do projeto: O projeto tem por escopo evitar discussões desnecessárias e variadas interpretações acerca do tema ‘votação no Plenário’. Em 2014, por ocasião da votação de uma Emenda

apresentada ao Projeto do Fundo Municipal de Gestão do Plano Diretor Cicloviário, de autoria do Vereador Marcelo Sgarbossa, que exigia 19 votos favoráveis, ocorreu uma enorme celeuma quando a Emenda foi apressadamente aprovada mediante votação simbólica. Houve protesto por parte do Vereador João Carlos Nedel, o que o levou a requerer, regimentalmente, verificação de votação. Intensos debates ocorreram, culminando com o encerramento da Sessão. Passados alguns dias, nova votação foi realizada, desta vez nominal, trazendo como resultado a rejeição da matéria. Outro caso: mais recentemente, em dezembro passado, foi aprovado, em votação simbólica, projeto de lei complementar que dispunha sobre o parcelamento das despesas com pagamento de pessoal, quando, se tivesse ocorrido votação nominal, certamente não alcançaria o número de votos necessários à aprovação. É possível deduzir que nem o quórum mínimo necessário de 19 votantes havia. Resultou que, vetado totalmente, foi mantido agora o veto pela maioria do Plenário. Examinando o espelho deste Projeto, verifiquei que a Comissão de Constituição e Justiça declarou a inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação, enquanto que as demais Comissões CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM exararam Pareceres pela aprovação do projeto. É verdade que só não houve unanimidade naquela representação da Casa, porquanto à época, na CECE, a Vereadora Sofia e, na COSMAM, o Vereador Dr. Thiago, votaram contra. Saliento, dentre as manifestações favoráveis, a do Relator na CEFOR, Vereador Aírto Ferronato. Dizia ele que: ‘a votação nominal é a votação em que é possível identificar os votantes e seus respectivos votos. Opõe-se à votação simbólica, na qual não há registro individual de votos’. Assevera, então, que ‘esse modelo de votação vem contemplar o Princípio da Publicidade, que é um dever da Administração Pública e diz respeito à obrigação de dar publicidade, levar ao conhecimento de todos os seus atos, contratos ou instrumentos jurídicos como um todo. Isso dá transparência e confere a qualquer pessoa a prerrogativa para questionar e controlar toda a atividade administrativa que, repito, deve representar o interesse público, não se justificando, de regra, o sigilo em questões que tratam dos interesses da municipalidade. Com a publicidade, presume-se o conhecimento dos interessados em relação aos atos praticados com a valoração imediata de suas posições individuais durante o processo legislativo.’

Em contraposição à hipótese anteriormente levantada de que poderia ocorrer uma maior demora nos trabalhos legislativos, devo lembrar que praticamente em todos os projetos

polêmicos, mesmo aqueles cuja norma regimental não esteja a exigir maioria absoluta, como é o caso dos projetos de lei ordinários, tem sido requerida votação nominal, como, aliás, repetidas vezes, é solicitado pelo combativo Ver. Cláudio Janta, dentre outros. Ademais, sabe-se que uma mudança no Regimento, em elaboração, retirará do crivo do Plenário uma série grande de proposições, abrindo assim espaço suficiente para as votações nominais. Presume-se que, dos projetos que exigem maioria absoluta, 95% já são, atualmente, decididos por votação nominal, a requerimento de Vereador, o que corrobora a tese de que não haverá maiores problemas nos trabalhos legislativos. Conclamo, então, os meus Pares, para que votem favoravelmente ao projeto.” Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 015/14.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Valter, neste momento, na presidência dos trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha na TVCâmara e aqui nas galerias; Ver.^a Mônica, eu já havia manifestado verbalmente a minha posição em relação a este projeto e encaminho aqui em meu nome e em nome da bancada do PTB, dos Vereadores, Luciano Marcantônio, Paulo Brum, que somos contrários a esse projeto. Por quê? Porque nós entendemos, Ver.^a Mônica – e assim quero ter muito cuidado com as palavras, pois eu tenho o maior respeito pelo seu trabalho –, mas as visões divergentes não necessariamente têm que ser antagonismos aprofundados. A senhora, ao final da sua fala, disse que 95% dos projetos de maioria absoluta já são votados de maneira nominal. Então, nós vamos alterar o Regimento da Casa para contemplar 5% das situações, que é justamente onde nós precisamos, em alguns momentos, ter a votação simbólica, agilizar. A votação é a última etapa de todo o processo da discussão. E eu queria dizer - e aí tenho um pouquinho de cuidado - que todos nós que estamos aqui, no momento do plenário, precisamos ter atenção nos trabalhos; basta levantar a mão e solicitar votação nominal que o presidente dos trabalhos encaminha a votação de forma nominal. E, muitas vezes, um projeto que ficou anos

tramitando, esteve em comissão especial, passou pelas Comissões, veio para discussão, foi retirado, foi adiada a votação, chegando no momento da votação, tem acordo para agilizar. A votação simbólica é uma forma regimental boa, existente, que não atrapalha em nada e não invalida ou diminui a qualidade do projeto aprovado.

Eu tenho certeza das intenções da Ver.^a Mônica, que é dar, vamos dizer assim, um pouco mais de zelo para aqueles projetos que têm maioria absoluta. Mas eu entendo, Ver.^a Mônica, que nós já temos esse zelo, e esses 5% que a senhora mesma falou aqui na sua fala anteriormente são justamente para aqueles que já estão com a discussão esgotada.

E eu tenho tido como prática, na presidência, e logicamente isso não é regimental, quando os projetos de maioria absoluta, aqueles que a gente tem a noção de que o Plenário ainda não está bem ajustado, bem consensuado, sempre de pedir a abertura do painel para a votação nominal.

Então, mais uma vez, pedindo escusas à Ver.^a Mônica, vou ter que encaminhar contrário ao seu projeto, mais uma vez dizendo que tenho a certeza de suas intenções, mas acho que nós estaríamos engessando o nosso Regimento, retirando a possibilidade da votação simbólica, principalmente para aqueles projetos que já estão com a sua pauta completamente esgotada. O Ver. Ferronato me pediu que também falasse em nome da Bancada do PSB e que se deixasse essa possibilidade, no nosso Regimento, para atender esses 5% dos projetos de maioria absoluta que, normalmente, quando se pede a votação simbólica, é porque já está esgotado o assunto. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 015/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, ouvi a sua argumentação e concordo com o senhor que o objetivo da Ver.^a Mônica Leal foi o de resguardar o Legislativo. Acho isso muito importante porque nós já votamos aqui no ligeirão, já votamos com falta de quórum, sem o quórum, votamos matérias importantes

nesta Casa e nem sempre, Sr. Presidente, o Vereador que eventualmente preside a Sessão tem os seus cuidados, a sua calma. Inclusive, presidentes parecem que estão com pressa, aceleram em demasia, e aí tudo sai com dificuldade. Eu quero dizer que já aconteceram vários casos nesta Casa assim. Realmente, Sr. Presidente, a intenção da Ver.^a Mônica é preservar esse Parlamento, porque já houve casos sérios, especialmente no fim do ano, quando as pessoas estão, lá pelas 22h, apressadas, e vota-se sem examinar profundamente. Ao menos, se a votação for nominal, está assegurado o quórum que já é uma coisa boa, e assegurado que dê tempo para os Srs. Vereadores examinarem um pouco melhor o que estão votando. Há pouco eu não conseguia entrar no plenário porque as pessoas queriam falar comigo sobre algum outro assunto, e estávamos votando matérias importantes para esta Casa. Eu quase perdi a votação porque eu precisava ter mais detalhes sobre os projetos que estavam sendo votados. Há uma ordem, e se o Vereador pede inversão dessa ordem, nós podemos, às vezes, estar votando uma coisa, pensando que estamos votando outra. Então, parabéns, Ver.^a Mônica, eu entendo que o seu projeto realmente quer e deseja que esta Casa tenha maior segurança nas votações. Portanto, encaminho pela aprovação do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 015/14.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu vou me permitir na tribuna, Sr. Presidente, discordar de V. Exa., respeitosamente. O exemplo, Deputada Mônica Leal – eu a chamei de Deputada, quem sabe não é uma profecia, não é Ver.^a Mônica? –, Ver.^a Mônica Leal, nós tivemos aqui o exemplo, tanto eu quanto o Ver. Cláudio Janta fomos surpreendidos pela rapidez da votação simbólica de algo importantíssimo, e nós acabamos de impedir que alguém empreenda em Porto Alegre. O projeto foi aprovado agora, por votação simbólica - sem entrar no mérito do projeto, mas na gravidade, na importância dele -, e isso impediu que empreendedores que utilizam cães de guarda atuassem em Porto Alegre. Não obstante a minha discordância com esse projeto, eu não pude votar, foi rápido e foi simbólico. Eu acho que nós devemos dar a real importância para alguns projetos que vão ser votados nesta Casa. Eu quero corroborar as

palavras do Ver. Nedel: o nosso papel aqui é debater e votar. As votações simbólicas podem criar constrangimentos, inclusive, para nós, Vereadores, quando formos cobrados por projetos que foram aprovados por unanimidade, porque ou saímos para ir tomar uma água, ou estamos no banheiro, estamos com a presença na Sessão e votamos unanimemente num projeto que a nossa consciência não permite.

Ver.^a Mônica Leal, nós vamos encaminhar o voto do PROS favorável ao seu projeto. Muito obrigado, colegas Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Wambert, eu jamais faria um repique em cima da fala de nenhum Vereador, ainda mais no encaminhamento de uma votação. Mas o projeto que nós votamos por último era um projeto de maioria simples, e eu, várias vezes, perguntei ao plenário se queria discutir, se queria votar, e ninguém pediu votação nominal. Só para que fique preservado o momento, senão parece que foi feito rapidamente pela condução dos trabalhos, o que, por favor, eu gostaria que ficasse preservado. Fiz de maneira pausada todas as etapas da votação. Só para que fique registrado.

O Sr. Professor Wambert: Se me permite, Presidente, deveria ter feito eu essa ressalva ali na tribuna sobre sua condução, que, aliás, foi uma das gratas surpresas que tive neste Parlamento: a forma como o senhor preside. A minha intenção é preservar todos nós, Vereadores; que, como princípio genérico, as votações, o máximo possível, sejam votações nominais. Essa é a minha intenção, eu corroboro tudo o que o senhor disse aqui agora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 015/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; primeiro, não é por esse último diálogo que o senhor teve com o Wambert, eu já havia dito que tinha que fazer justiça com Vossa Excelência. As votações e a condução da Câmara de Vereadores sob a presidência de V. Exa. estão ocorrendo com muita tranquilidade, com

muita firmeza e com sabedoria, junto com o nosso Diretor Legislativo; com todos os cuidados, as votações estão ocorrendo.

O que eu estou vendo é que, provavelmente, no novo painel, Sr. Presidente, a gente tenha que colocar algo assim como “saiu”, como tem nos grupos de WhatsApp. Quem não quer se comprometer, use “saiu”! Essa é a grande discussão. O pessoal está com medo de votar. Wambert, não é contigo! Eu estou dizendo que nós vamos ter que criar um lugar, para que não cause constrangimento, para botar “saiu da Sessão”. E o cara pode sair. Essa é a grande discussão, o tal do descuido.

Agora, eu faço uma pergunta para os meus colegas. No Orçamento, já que o Ver. Nedel tocou no assunto, com 400 emendas, se nós tivermos que votar uma a uma, nominal, nós vamos ficar até o ano que vem, não vamos votar o Orçamento. Hoje nós votamos vários projetos que são por maioria simples. Se nós tivéssemos que dizer “abre o painel, fecha o painel”, não teríamos tempo. Esses projetos todos passaram pelas Comissões, vieram para votação. O Presidente pergunta quem está de acordo, quem não está de acordo. Por exemplo, eu acho que o Ver. Nedel deu uma cutucada no Ver. Paulo Brum, que é muito rápido quando está na presidência: “Quem concorda permaneça como está... Aprovado!”. Mas V. Exa., Ver. Paulo Brum, quando preside, mesmo com mais rapidez, nunca deixa de perguntar se estamos ou não de acordo.

Acho que não é falta de atenção, aqui todo mundo tem atenção e todo mundo é inteligente. Por favor, eu não estou querendo ensinar o padre a rezar a missa. Tem 35 Vereadores mais inteligentes do que eu no plenário, sabem no que estão prestando atenção. Agora, nós não podemos engessar também. Acho que tem certos projetos que deveriam, sim, ser por votação nominal, então eu peço que os Vereadores que têm essa preocupação, ao invés de engessarmos tudo, Ver.^a Mônica, perguntem quem quer que seja nominal. Quem quiser levante o dedo e diga “votação nominal”. Eu acho que isso corrige tudo.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Não, mas aí, na votação nominal, aparece quem votou e quem não votou! É a isso que eu me refiro, para corrigir isso, está todo mundo preocupado, eu também. Muitas vezes, fui cobrado lá fora, quando me dizem: “Pô, mas tu votaste este

projeto?”. Eu nem falo nada. Como é votação simbólica, eu nunca digo que não, que eu estava fora, porque a responsabilidade de sair ou de ficar é minha. Agora, quem quiser que não seja feita injustiça com um ou outro Vereador peça votação nominal, tem a liberdade de pedir votação nominal para todos os projetos que são votados aqui nesta Câmara. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PR nº 015/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em discussão o PLL nº 156/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 156/15.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este é um projeto a que dei início no ano passado, que foi muito discutido com a EPTC. Este ano, tivemos a oportunidade de priorizá-lo, e, em conversa com o Ver. Robaina, junto com a EPTC, construímos uma emenda para especificar os tipos de veículos leves que poderiam circular nas faixas exclusivas para ônibus. A emenda tira o corredor de ônibus e deixa somente as faixas exclusivas para ônibus, aquelas faixas azuis. É um projeto importante. No momento em que ocorrer uma greve, os veículos poderiam transitar com mais facilidade e não prejudicar o cidadão no seu dia a dia no trânsito. Dias atrás, o Prefeito de São Paulo, João Doria, fez um decreto liberando as faixas exclusivas de ônibus nas greves. É uma ação que ajudará o transporte e a mobilidade urbana. Então eu peço a compreensão e que vocês aprovem a emenda...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. MENDES RIBEIRO: Nos dias em que ocorrer greve do transporte público de ônibus, poderiam circular nas faixas exclusivas: tira os corredores de ônibus e deixa só as faixas exclusivas. Peço a compreensão e que aprovem a emenda, para que possamos aprovar o projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 156/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADA.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mônica Leal, o PLL nº 156/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento nº 055/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Aírto, acho que este Requerimento, este apoio a quem está lutando é uma resposta à sociedade. A população organizada tem feito reuniões que surpreendem todos os partidos e representantes eleitos nas urnas. Esses dias, Osório, uma cidade de praia, reuniu 600 pessoas, porque a abrangência da reforma da proposta da previdência é assustadora. Nas contas que estamos fazendo, as mulheres não vão conseguir se aposentar. As mulheres do campo, as mulheres trabalhadoras rurais, as mulheres camponesas não têm nenhuma condição de fazer 25 anos de contribuição, porque a renda não é continuada, depende da safra. Elas trabalham absoluta e penosamente desde cedo, desde muito jovens e não vão conseguir comprovar a contribuição. E aí a mudança do BPC, do benefício continuado, que vai para 70 anos e vai pegar a pessoa já doente, com as forças acabadas para poder ter algum tipo de suporte para ter dignidade na velhice em relação a doenças, a condição e qualidade de vida.

Se falarmos dos professores, dos brigadianos, das aposentadorias especiais, a mudança é brutal. Para as mulheres, há um aumento de dez anos, não são cinco, não é uma pequena adequação, são dez anos na idade; e o tempo de contribuição somado a isso. É necessário um apoio à movimentação das categorias dos trabalhadores, para que haja ajustes, para que se pense, de fato, em mudanças sustentáveis, mudanças que garantam a seguridade. Acabar com o sistema de seguridade é acabar com a qualidade de vida do povo brasileiro, acabar com as condições de sobrevivência de quem vive do trabalho. Há muita controvérsia também sobre se é ou não superavitária a previdência. Todas as análises que são feitas em universidades dizem que os custos do sistema de previdência,

que incluem assistência social, estão apresentados, mas as receitas não estão colocadas, tanto que o Senado conseguiu assinaturas suficientes para instalar uma CPI da previdência pública. Acho que é necessário um diagnóstico do sistema de previdência mais transparente, mais profundo, mais avaliado pelo conjunto da população.

Não é brincadeira o impacto da proposta, se passar da forma como está, tanto que o Presidente Michel Temer já indicou mudanças, mas as mudanças são perversas. Ele está indicando que os Estados e os Municípios façam as suas reformas, está indicando e está pressionando. E está condicionando, por exemplo, ao tema da revisão da dívida do Estado do Rio Grande do Sul que ele encaminhe a sua reforma.

Este é um debate dramático, que tem mobilizado milhares de cidadãos e cidadãs. Nesta sexta-feira, a mobilização aqui em Porto Alegre foi mais uma vez muito grande. No dia 28, está chamada uma greve geral no País de quase 100% das centrais sindicais. Então, tem um apelo da população trabalhadora para que este tema tenha um olhar mais cuidadoso, mais amplo e diversificado e que considere as diferenças.

Nós debatemos muito isso no mês da mulher. Tivemos aqui palestrantes apresentando elementos novos de redistribuição de renda, de solidariedade entre gerações, inclusive de fomento econômico; uma previdência, um benefício continuado para quem trabalhou toda a vida e não conseguiu contribuir no tamanho que se quer, e para quem é penalizado quando começa a trabalhar muito cedo.

Na verdade, esta reforma, deste jeito, pega os mais pobres, os mais pobres que começam muito cedo, as empregadas domésticas que não tinham carteira assinada, portanto, as mulheres. Então, o nosso apoio à luta dos trabalhadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde; senhoras e senhores, volto à tribuna agora para falar sobre a moção do Ver. Airto Ferronato em relação à previdência. A nossa previdência pública é o que garante o mínimo de dignidade para muitos trabalhadores que passam praticamente as suas vidas dedicados à atividade profissional e, quando mais necessitam, que é a idade em que

adoecem com maior frequência, que utilizam medicamentos para controle das funções vitais em maior intensidade, o Estado, que deveria arcar com esses custos ou, pelo menos, oferecer um mínimo de dignidade a esses cidadãos e cidadãs, vem com a previdência.

O problema maior neste momento, e não vou me restringir apenas à reforma da previdência proposta pelo Presidente Michel Temer, é que o cálculo da previdência, das contas da previdência tem que ser analisado desde a sua base. A Constituição Federal diz que, para o cálculo da previdência, não é justo que se pegue o que é arrecadado do indivíduo que está em atividade e dos seus empregadores e subtraiam-se aqueles que fazem a utilização via aposentadoria. Esse cálculo não está correto, esse cálculo é fraudulento. Devemos somar e incluir dentro do cômputo desses valores o Cofins, contribuição para financiamento da seguridade social, criada justamente para suplementar o sistema de previdência. Está na Constituição e nunca foi incluído nos cálculos. Os cálculos atuariais desconsideram o Confins para subsidiar a previdência. Uma outra contribuição é a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido –, que também é desconsiderada no cálculo da previdência. O PIS/Pasep também aporta recursos para esse sistema, e também existe parte da arrecadação das loterias federais.

Senhoras e senhores, somando todos esses valores, nós temos um sistema de previdência pública no nosso País que é superavitário! Superavitário! Portanto, é mentiroso, é desleal, é injusto usar a argumentação de que a previdência tem um custo, tem um déficit aproximado de R\$ 150 bilhões por ano. Isso é mentira! É mentira! Incidindo todas essas contribuições que eu acabei de listar, nós temos superávit no Brasil.

Outra: não se inclui nos cálculos a questão dos devedores. O maior devedor da previdência atualmente é a massa falida da Varig, e o segundo maior devedor da previdência pública brasileira é a empresa JBS, que deve R\$ 1.837 bilhão para os cofres da previdência. Essas empresas, como a JBS, como o Bradesco... E muitos sobem à tribuna para defender a iniciativa privada, os bancos. O Bradesco deve R\$ 465 milhões! São esses bancos que oferecem previdência privada para os cidadãos, prejudicando, inviabilizando e acabando com a previdência pública. São eles que irão lucrar, os grandes devedores que ajudam a massacrar o sistema que subsidia e sustenta os nossos aposentados no País. Então, é injusto o cálculo, é maquiado, perverso, justamente para

que os grandes devedores sejam os beneficiários do fim da previdência pública. Isso é terrível! Isso é desleal!

Obviamente, senhoras e senhores, para discutir o futuro das contas públicas, eu trago modestas sugestões. Uma auditoria pesada, severa, sobre as empresas devedoras e uma cobrança mais ágil. No Brasil, atualmente, demora em torno de nove anos para cobrar uma dívida da previdência, tempo demais! Essas empresas especulam com o dinheiro que ficam devendo à previdência e tiram lucro sobre isso. Portanto, para eles é um grande negócio. Nós temos instituído aqui no Brasil, mas nunca regulamentado pela Constituição o imposto sobre grandes fortunas. E eu vou além: o Brasil é um dos dois únicos países que não cobra imposto sobre lucros e dividendos. Quem trabalha no mercado especulativo e recebe lucros tem que ser taxado também, tem que contribuir para esta Nação. Um grande abraço!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Meus caros Vereadores; Ver. Prof. Alex, desculpe-me dizer, não quero ser indelicado, mas o senhor entende tanto de economia quanto o Maduro. O senhor sabe por quê? Porque essa questão da tributação dos mais ricos já se tentou em vários países. Essas pessoas, que são a minoria da minoria, no dia seguinte, fazem o que se chama de planejamento tributário, deixam o País, e vocês perdem o discurso. Nós temos que nos preocupar, na verdade, é com o desenvolvimento econômico e com a tributação do consumo, não com a tributação da renda. O senhor está enganado: imposto de renda é sobre os ganhos, portanto, todo mundo que auferir ganho, em qualquer operação, paga imposto de renda. O que o senhor está falando, provavelmente, seja justiça tributária. Por que um milionário paga a mesma coisa que um assalariado? Sobre esse aspecto, nós até podemos conversar, mas todos pagam. Na verdade, no Brasil, paga só quem tem CNPJ e CPF. Paga, no Brasil, quem quer ser formal, porque tem muito informal por aí que não paga. Esse é um grande problema. Então, é uma visão sempre equivocada – perdoem-me por dizer isso – que a esquerda tem e que mata a galinha de ovos de ouro. Na verdade, todos os exemplos do mundo... Aí

eu não vou ao extremo do Delfim Neto, que, lá na década de 1970, disse que primeiro era preciso crescer o bolo, para depois dividir. Não vou a esse extremo, mas é preciso gerar riqueza. É preciso gerar renda, senão não se divide. Acho estranha também a sua colocação. Depois a Fernanda vai me suceder aqui, porque o PSOL está sempre junto com o PT e com a extrema esquerda defendendo contra o golpe e o Governo ilegítimo, não é verdade? Estou mentindo? Acho que não.

O senhor falou aqui da JBS e do Bradesco. Quem mais alimentou a JBS e o Bradesco, nesses últimos 16 anos, foram vocês, que estavam juntos. O maior aliado da JBS foi o Governo do PT, que hoje está sendo defendido pelo PSOL. O dinheiro veio de onde, meu caro Vereador? Dinheiro do BNDES? De onde vem o dinheiro do BNDES? Parcela do Tesouro, dinheiro da Nação, da riqueza e da produção brasileiras, para dar dinheiro subsidiado! Vou lhe dizer mais: está falando do Bradesco, que bom que está falando do Bradesco! Mas, nos últimos 16 anos, não quebraram a lógica da taxa de juros nem a do Governo Federal em financiar e manter uma TJLP com os juros mais caros do mundo. Para alimentar quem? O Bradesco, o Itaú e o grande sistema financeiro brasileiro. É um discurso que não cabe na prática, porque ele não bate. Agora, vou dizer o seguinte: ninguém se especializou tanto em boato quanto a esquerda, principalmente o PT. Eles têm uma fábrica de doutorado, acho que fizeram em Cambridge e Oxford, não sei onde, um doutorado de mentira e de boato. Lançaram o livro, “A Privatária Tucana”, fizeram muito pior do que a privatária tucana, mas ninguém fala! Agora, dois anos, o País na pior recessão da história, a maior taxa de inflação. Onde é que a extrema-esquerda se encontra com a extrema-direita, o Donald Trump, nos Estados Unidos, e a extrema-esquerda brasileira? Vou dizer onde: o Donald Trump está dizendo para todo mundo que não existe o problema do aquecimento global, que os Estados Unidos não vão assinar nenhum tratado e que eles vão continuar poluindo até o dia em que a calota polar derreter, e a água invadir a casa de nós todos. A esquerda está nos dizendo, *mutatis mutandis* – mudando o que precisa ser mudado –, que não existe déficit da previdência. Eles vão fazer conosco a mesma coisa que o Tarso Genro fez aqui: encheu todo mundo de aumento, fazendo cumprimento com chapéu alheio, seduzindo as corporações e, no dia seguinte, deixou para o Sartori um governo que era ingovernável. O que eles estão dizendo aqui de novo é que não existe déficit da previdência, que isso tudo é uma mentira para beneficiar os bancos e os interesses privados. Mentira é deles! É óbvio que é preciso

modular uma reforma da previdência, é óbvio que não é aceitável que a pessoa trabalhe 50, 60, 70 anos, tudo isso tem que ser discutido. Agora, o que não é aceitável é essa indústria da mentira, que, mais uma vez, está sendo criada. Há pouco, ali fora, veio uma moça, representante dos maristas – acabei de dizer aqui para o Ver. Matheus Ayres e para o Wambert, nessa fábrica de mentiras do PT, é uma indústria, é uma *offset* de mentiras que o PT cria através de seus sindicatos e tudo mais todos os dias –, perguntando: “Foram lá nos dizer que vão acabar com as isenções tributárias para as entidades filantrópicas. É verdade?” Imediatamente liguei para o Deputado Carlos Marun e perguntei se era verdade que isso ia acontecer: “Valter, essa proposta não veio do Governo, em primeiro lugar; em segundo, essa proposta foi aventada pelo relator da reforma tributária... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) O Carlos Marun é o presidente, me afirmou que essa hipótese não veio do Governo, foi aventada pelo relator e já foi retirada, sequer está em pauta mais. Mas eles, com o princípio do terror, estão aí assustando as pessoas: “Tu vais ter que trabalhar do dia em que nasceu até a véspera de morrer. Vão acabar com o direito das mulheres”. Não tem nada disso! Tudo vai ter que, obviamente, ser negociado e conversado. É totalmente diferente da falta de sustentabilidade com que a esquerda sempre governa. Está aí o exemplo da Venezuela. O que vai acontecer, se nós não trabalharmos com seriedade essa questão da previdência, é que, daqui a 10, 15 anos, os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos, esses sim, não terão direito à previdência. Vai acontecer como com os salários, que vão ter que, amanhã ou depois, ser parcelados, por quê? Por que não se quer pagar? Não, porque, simplesmente, não vai ter dinheiro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu estava ouvindo o Ver. Valter Nagelstein e pensando em que país ele vive. Eu acho que ele vive no país em que a Dilma ainda é presidente, que, teoricamente, estaria com o Governo da Dilma. Eu peço licença aos meus colegas da oposição, mas eu gostaria de fazer uma lembrança muito breve ao Ver.

Valter Nagelstein. Quem governou com a Dilma foi o PMDB, o partido dele; o PSOL nunca fez parte. Aliás, o Vice-Presidente, que agora, a partir do golpe parlamentar, virou Presidente do Brasil, foi eleito com a mesma chapa, com a Dilma, não com o PSOL, que teve candidato próprio, Vereador, e que, obviamente, fez oposição de esquerda nos últimos 12 anos no Brasil. Enquanto o senhor ficava bem quietinho aqui diante de vários escândalos, nós estávamos fazendo uma oposição de esquerda, coerente. Quando teve a reforma do Lula, por exemplo, da previdência, nós formamos o PSOL. Talvez o Vereador não lembre, porque ele insiste em criar um cenário, que é o cenário em que ele não tem que responder pela atualidade. Veja, Ver. Alex, que ele, ao me contrapor, pergunta para o PSOL sobre o escândalo das carnes adulteradas, quando, na verdade, quem recebeu doação do JBS foi o partido dele, o Ministro da Justiça, Osmar Serraglio. Vereador, eu não entendo de quem o senhor fala. Quem recebeu dinheiro da JBS, da Friboi, dos grandes frigoríficos que adulteravam a carne que os brasileiros comiam e que, inclusive, eram exportadas, levando a uma crise na exportação, que impacta diretamente a classe trabalhadora, é do partido dele, não do nosso. Aliás, nós nunca tivemos ministros nos Governos anteriores, inclusive, no atual. Aliás, indicado pelo Cunha! Até o Renan Calheiros, que não é nenhum modelo de político, ao contrário, está cheio de escândalos de corrupção, está brabo com o Temer pelo peso que o Cunha ainda tem nos ministérios do Governo dele, Vereador! Acorda! Existe um Governo neste País, ilegítimo, a partir de um golpe parlamentar, etc., mas é do seu partido. O senhor tem que responder sobre o problema da crise econômica, o senhor tem que responder sobre o problema dos empregos, o senhor tem que responder por que a tributação é sobre o consumo, o que faz com que a população trabalhadora pague muito mais impostos do que as classes abastadas. O Ver. Prof. Alex Fraga entende muito de economia, aliás, muito mais do que o senhor, que quer usar palavras bonitas para defender a políticas dos ricos, quer que não haja imposto sobre as grandes fortunas. Fuga de capital? Fuga de capital num País de 200 milhões de habitantes? Pelo amor de Deus! O Equador – do tamanho do Equador – fez uma auditoria da dívida pública e reduziu em 70% a dívida com os banqueiros e os grandes empresários daquele país. Isso a partir de uma expedição de brasileiros que reviram os papéis da dívida e mostraram as ilegalidades, e não teve fuga de capitais. Mas o senhor não quer debater no Brasil, porque, óbvio, defende os banqueiros. Aliás, para quem o Itaú dá dinheiro na campanha eleitoral, se não para o seu partido também? O

Bradesco, todos esses bancos. Nós não temos nenhuma doação, Vereador. Fale do seu partido, mas o PSOL tem muita tranquilidade para falar de financiamento de banqueiro. Para completar, eu queria debater o tema da previdência, porque o Vereador tergiversou, tergiversou, tergiversou, para não entrar no problema concreto da previdência. Eu entendo, Ver.^a Sofia, porque fica ruim para eles dizerem que querem que a população tenha 49 anos de tempo de contribuição, para poder se aposentar e tenha como idade mínima os 65 anos, elevando a média de tempo para aposentadoria dos brasileiros a 72, 73 anos. Para eles, é difícil explicar por que eles vão tirar a aposentadoria das trabalhadoras rurais. Para eles, deve ser muito difícil explicar essa questão do aumento da idade mínima, que é maior do que a expectativa de vida em muitos Estados. Então, eles tergiversam, atacam o PSOL, atacam os partidos da oposição, quando, na verdade, a proposta é do Governo deles. Mas, então, o senhor diga aqui por que o Temer tem só 10% de apoio popular, por que 73% da população não aprovam o seu jeito de governar, o senhor nos diga aqui nesta tribuna. Por que tem 62% de pessoas que acham o Governo ruim ou péssimo? É justamente por medidas como esta, que ataca a classe trabalhadora. Aí ficam se escondendo. A expressão do fracasso da mobilização do MBL no dia 26 já é demonstração de que o povo acordou, que não aguenta mais este simulacro de extrema-direita, que diz que é contra a corrupção, quando, na verdade, está unida com os partidos mais corruptos do Brasil: o PMDB, o seu partido; o PP, o PSDB e tantos outros nominados na Lava Jato. Nós temos muita tranquilidade para dizer que nós defendemos, sim, as investigações da Lava Jato doa a quem doer, custe o que custar, do início ao fim. Desde que começaram as investigações aqui no Brasil, nós estivemos com essa política. Mas nós estamos na luta contra a corrupção da mesma forma que nós estamos na luta contra os ajustes do seu Governo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) É por isso que o senhor faz essa fábula, parece que está contando a história de “Alice no País das Maravilhas” aqui, para não ter que explicar as mazelas e os desmandos do seu Governo, que está piorando a situação econômica, que está deteriorando a vida da classe trabalhadora, que quer que os trabalhadores trabalhem num regime extremamente precário, como foi o projeto da terceirização aprovado na Câmara e sancionado pelo Temer na sexta-feira. O senhor pode odiar a luta de classes, mas ela vai seguir sendo o motor da história, e eu estou muito convencida de que o povo recém começou a acordar.

Desmontar o simulacro da extrema-direita e do MBL e, ao mesmo tempo, desmascarar o Governo farsante do Temer, que quer mexer nos direitos da classe trabalhadora... Portanto, Ver. Prof. Alex, parabéns pela brilhante intervenção e parabéns por não fugir do debate, tergiversar, como fazem alguns Vereadores aqui na Câmara.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/17, como autor.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho acompanhando de perto essa proposta de reforma da Previdência e me filio àquelas posições de que é severíssima a proposta com relação aos trabalhadores do País. Dois argumentos, basicamente, balizam o que se diz em Brasília: o primeiro, é o déficit da Previdência, já se falou bastante sobre o assunto; o segundo, é a longevidade dos cidadãos brasileiros. Parece que, ao invés de nós comemorarmos isso, o Governo pensa que é um problema nacional quase irreversível, o que não é verdade. Se nós pararmos para pensar, há alguns anos o homem e a mulher, os trabalhadores tinham orgulho de dizer que só tinham, na sua carteira de trabalho, uma assinatura. Com isso, eles diziam que trabalharam durante toda sua vida numa empresa só, até a sua aposentadoria. Hoje, a pessoa humana é descartada. Chega aos 50 anos – pouco mais ou, às vezes, até menos – e é jogada de escanteio. Depois, começa uma grande luta, a luta do desempregado com uma idade já passada da média, quando, para conquistar um emprego, é muito difícil hoje – isso para chegar até os 60 anos. Imaginemos, neste País, contribuir, no mínimo, por 25 anos; se aposentar, no mínimo, aos 65 e com 49 anos de contribuição! Isso parece algo impensado, porque trará, sim, sérias dificuldades ao nosso País. Portanto, eu não me filio àqueles que dizem que a Previdência não tem saída. O Ver. Valter Nagelstein falou sobre a questão dos nossos filhos e netos, que não terão Previdência. Eu diria que, se continuar nessa roubalheira nacional, do PT, etc... Vocês já imaginaram que nós tomamos leite com soda cáustica, comemos carne podre? Não esqueçam aqueles que falam tanto mal do serviço público que foi um funcionário público que denunciou. Se ele não tivesse denunciado, nós estaríamos ainda hoje comendo e exportando carne podre para outros países. Agora vão exportar carne sadia para outros

países, e é necessário que se cuide também da carne brasileira. Concordo contigo, meu caro, que, na verdade, também tivemos servidores públicos envolvidos. Isso é histórico; toda vez que isso acontece, acontece com o servidor que está na jogada, com o empresário que está no meio e com o político que também tira a sua parte.

Portanto, a nossa proposta é uma luta em defesa da nossa previdência pública. Aquele abraço! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, só para esclarecer para o Ver. Aírto Ferronato que a carne dos frigoríficos que este irresponsável deste funcionário público denunciou por causa de uma briga de casal – esse é um irresponsável –, a carne foi só a processada, a carne *in natura* não teve nenhum problema, foi só aquela carne com que se fazem os embutidos.

O Sr. Aírto Ferronato: Eu quero cumprimentar o Ver. Cecchim pelo aparte, que procede em parte. Agora, se não tivesse esse funcionário público, nós estaríamos ainda hoje comendo carne pobre.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Trogildo): Por esses motivos, nós vamos ter que tratar, no microfone de apartes, apenas as questões estritamente regimentais.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero dizer que os que me antecederam não falaram nenhuma lenda urbana. O projeto prevê que os trabalhadores trabalhem até os 65 anos de idade, ou melhor, o projeto prevê o cálculo dos 90, que passa dos 90. Eu não imagino um trabalhador na construção civil, um trabalhador no comércio, um trabalhador rodoviário, um soldador, um frisador trabalhando com 65 anos de idade. Eu não consigo ver – e tive pares meus que participaram do Conselho da Previdência –, até hoje, esse tal déficit da previdência, porque tudo o que se faz neste País, tudo o que se produz neste País, tudo o que se comercializa neste País, tudo o que se constrói neste País tem previdência social. Não é somente a parte do

empregador e do empregado que tem previdência, tudo o que se consome neste País tem previdência. E o Governo também usa a previdência social para tudo, é o caixa do Governo.

Até escrevi um artigo hoje, que está nas minhas redes sociais. O que me deixa pasmo é a covardia do Governo, o que me deixa pasmo é a covardia dos agentes públicos e, principalmente, o coro que fazem alguns empresários que, neste momento difícil de crise, tentam tirar direitos dos trabalhadores. Ninguém fala forte e grosso com quem tem que falar, ninguém usa o tom forte e grosso com quem tem que falar, que é o Governo. Ele não foi convidado por ninguém para estar presente no nosso dia a dia, ele não foi convidado por nenhum trabalhador para estar na sua casa de manhã cedo, desde a hora que acordamos, responsável por usar o nosso salário até o dia 1º de junho. Até o dia 1º de junho, tudo o que nós trabalhamos e produzimos neste País vamos dar para o Governo. Vamos começar a levar alguma coisa para a nossa família a partir do dia 2 de junho. Aí vemos um Governo que não corrige a tabela de imposto de renda há décadas, um Governo que tira o dinheiro do trabalhador que hoje ganha R\$ 1.900,00 e já paga imposto de renda; um Governo que rouba os trabalhadores brasileiros, quando não combate o *spread* bancário; que rouba os trabalhadores brasileiros, quando tem os juros mais altos do mundo e rouba também os empresários brasileiros. Os empresários falam forte, são valentes para tirar o direito dos trabalhadores, mas não são valentes para combater este Governo que tira deles altas taxas tributárias, que cobra muito juros; acham mais fácil bater no lado mais fraco. Agora acham que a terceirização é a saída para todos os gargalos da crise. Não vai resolver os seus problemas. Acham que a reforma trabalhista vai ser a segunda saída para a crise. Não vai resolver os seus problemas. Acham que a reforma da previdência é a terceira saída para a crise, mas não batem em quem tem que bater, não resolvem o que tem que resolver, que é este Governo. Não é este Governo, não é o Governo que saiu, não é o outro Governo, não é o Governo que passou: são os Governos que vêm ano a ano sangrando o bolso do povo brasileiro, vêm sangrando o bolso do povo do Rio Grande do Sul, vêm sangrando o bolso do povo de Porto Alegre. Nós estamos vendo os Prefeitos que assumiram em Municípios pequenos, médios e de grande porte mostrarem o que tem que ser feito. Acho que a União tem que dar o seu recado, tem que mostrar para nós, o povo brasileiro, o que quer

fazer, e não tirar direitos dos trabalhadores, não tirar direitos dos aposentados, não mudar a regra do jogo.

Quando comecei a trabalhar, tinha uma regra para o jogo. Comecei a trabalhar com carteira assinada aos 17 anos, contribuí, e me convidaram para um jogo com uma regra; agora, querem mudar essa regra. Mas vamos mudar outras regras também, sem exceção para ninguém. Eu acho que os trabalhadores da iniciativa privada, eu acho que os trabalhadores que começaram sabiam a regra na qual estavam entrando, e eu acho que essa regra não pode ser mudada. Abram a previdência para o povo saber o que tem lá dentro, abram o caixa da previdência social brasileira. Não existe empresa no mundo... Podem elencar: as empresas mais ricas do mundo, nenhuma delas bate, em arrecadação, em receita, a previdência social brasileira. Não venham querer tirar o que ganha um aposentado brasileiro, não venham retirar dos trabalhadores que contribuíram para a previdência social brasileira! Nós temos que tirar é desse que come na nossa mesa diariamente, que é o Governo. Esse arrecada muito em juros, em créditos bancários, em impostos e não está contribuindo com o povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Lino Zinn está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/17.

O SR. LINO ZINN: Bom, a gente escutou aqui nesta tribuna o Ver. Cláudio Janta falando sobre a altíssima carga tributária, que, realmente, é um absurdo. O Brasil é o país que tem uma das maiores cargas tributárias do mundo e é o pior país no retorno dos impostos pagos, eu tenho que concordar com o Ver. Janta. O Ver. Airto Ferronato falou sobre a operação Carne Fraca, e também foi um absurdo a forma como foi exposta a indústria da carne no Brasil. Quantos trabalhadores, neste momento, estão sem emprego por causa de uma operação mal conduzida? O Ver. Prof. Alex Fraga falou sobre os bancos, que são devedores, assim como – eu estava olhando a lista dos devedores – o PT também é devedor do INSS, mas ninguém aqui falou do direito de escolha do trabalhador. Nesta Casa, que é a casa da democracia representativa, a primeira coisa que temos que defender é o direito de escolha do trabalhador. Hoje o trabalhador não tem escolha, ele

entrega o dinheiro dele, Ver.^a Fernanda, obrigatoriamente, compulsoriamente. Ele não entrega, o Governo arranca o dinheiro do trabalhador já na fonte e pega outro pedaço com o patrão. Se o trabalhador precisar desse dinheiro antes do período de se aposentar, ele não pega. Então, o que eu falo aqui – sou contrário a essa moção contra a reforma e sou contrário a essa reforma do jeito que está sendo feita – é que a gente deve dar opção ao trabalhador. Enquanto o trabalhador não tiver opção de botar o seu dinheiro num sistema de capitalização, que é a garantia de que, lá na frente, ele vai poder ver esse dinheiro, e não um sistema de pirâmide, que, lá na frente, quando tiver mais gente recebendo do que pagando, vai ficar insustentável. Quem defende isso defende a demagogia. A minha votação é pelo direito de escolha, sou contrário a essa moção.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 055/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
APROVADO por 20 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mauro Zacher, ao PLL nº 141/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 141/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Valter Nagelstein (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da priorização de votação o Requerimento nº 052/17, da Ordem do Dia de hoje .

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 054/17. (Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, não foi aprovada hoje a Frente Parlamentar requerida pelo Ver. Airto Ferronato?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Frente Parlamentar foi aprovada, mas aqui se trata de uma Moção de Solidariedade.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, a pergunta é a seguinte, e eu já tenho a resposta, porque eu sei que eu ajudei a aprovar uma frente parlamentar de apoio à luta dos trabalhadores do Banrisul, etc. – isso engloba, inclusive, esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): São proposições de natureza diferente, Vereador: a frente parlamentar tem uma natureza e a moção é de outra natureza.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 054/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu acho que nós já fizemos aqui vários movimentos em outros momentos. Se tem um banco que nós prezamos, se há uma instituição financeira que nós prezamos, reconhecemos o valor, esse é o Banrisul, um banco que tem tido lucro sistemático; assim como todo sistema bancário brasileiro, é um instrumento de gestão muito importante, de interlocução, apesar de não ser uma gestão exatamente direta, uma ingerência direta do Governo do Estado, mas uma interlocução privilegiada que o Governo tem para o fomento do Estado. É um banco cujas contas são majoritariamente do pequeno contribuinte, do pequeno trabalhador, de quem tem conta-salário – há um percentual enorme dessas contas –, é um banco acessível, desburocratizado, que está em todo o Rio Grande do Sul e muitas vezes esteve à disposição do nosso Governo do Estado para fomento do desenvolvimento, tem sustentabilidade. Não tem nada que justifique que ele se torne

privado, nada que indique que ele dá prejuízo, que não é sustentável, que o Rio Grande perde com ele. Na verdade, nós ganhamos com identidade, com pujança, com autonomia e com o fomento do emprego no Rio Grande do Sul. É um banco que tem um enraizamento, uma rede importantíssima.

Acho que nós indicarmos a moção – já aprovamos a frente parlamentar –, vamos atuar junto com o Ver. Aírto Ferronato, vamos prezar um banco público gaúcho, indutor de crescimento e que tem um instrumento, o Cartão Banricompras, muito importante. Não sei se outro banco tem um cartão desse tipo, vinculado aos pequenos negócios, que facilita, dá segurança ao pequeno contribuinte que tem conta-salário e que tem seu cartãozinho. Quem não pode ter cartão de crédito, não precisa estar girando com dinheiro, usa o Cartão Banricompras para fazer a sua comprinha nos mercados. Então são instrumentos importantes que são de inclusão, que são acessíveis a todos. Acho, Ver.^a Fernanda, que esta moção vem fortalecer, sinalizar ao Governo do Estado que é um importante instrumento de fomento econômico no Estado do Rio Grande do Sul e compõe o patrimônio cultural da identidade dos gaúchos e das gaúchas. Fico lembrando que o nosso Banrisul tem o cartão do Colorado e do Grêmio, o seu diálogo com as manifestações culturais aqui do Rio Grande do Sul, sempre financiou estes dois grandes times, e espero que financie – não tenho esses dados – outros times, Ver. Pujol, como o São José ou outros, mas o Banrisul sempre foi patrocinador do Grêmio e do Inter; também é fomentador das festas populares das nossas cidades, festa da bergamota, festa dos móveis, e tem um edital para a cultural. Isso foi uma mudança importante na última gestão, nós acompanhamos grupos culturais, o Banrisul oferece, através de edital, financiamento de programas culturais, de projetos culturais da cena gaúcha, importantíssimo para a sobrevivência da cultura no Estado do Rio Grande do Sul.

Então, para citar alguns benefícios do nosso banco, que aqui dialoga com o perfil, com a personalidade, com a cultura, com a vocação gaúcha, e da qual nós não podemos abrir mão para garantir o desenvolvimento, o fomento cultural. O fomento, muitas vezes, é a única ajuda que as cidades têm para fazer suas festas. Eu me lembro de Veranópolis, minha cidade natal, recebendo R\$ 5 mil ou R\$ 10 mil do Banrisul para a Festa da Maçã, faz toda a diferença em uma cidade pequena. E o Banrisul tem essa capilaridade, essa abrangência, esse olhar, essa possibilidade de atender às pequenas cidades no estado

do Rio Grande do Sul para o fomento econômico específico da cadeia de cada uma delas. Então, todos pelo Banrisul.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Lino Zinn está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 054/17.

O SR. LINO ZINN: Ver.^a Sofia, se banco estadual fosse sinônimo de progresso, os Estados mais desenvolvidos do País teriam banco, e não é o caso. São quatro, se não me engano, Espírito Santo tem um banco estadual, e sabemos como está esse Estado; Rio Grande do Sul e mais dois, se não me engano. Os Estados mais desenvolvidos, com índice de desemprego menor, não têm banco estadual. Santa Catarina é uma referência, muita gente indo para lá que eu conheço, vai pela segurança e pelo trabalho. Esse papo de que o Banrisul é nosso, é um papo velho, cansado. Pergunta para o cidadão se ele prefere ter uma agência na esquina de casa ou uma viatura e quatro PMs. Pergunte ao cidadão! O cidadão quer segurança. Bancos existem diversos, por exemplo, o Sicredi, que não tem o perfil dos bancos tradicionais, com taxas maravilhosas. Essa questão de Banco nosso é um papo muito antiquado que só serve para agradar o funcionalismo e que está tirando o foco do para que o Estado serve. Não é prejuízo, é alocação de recurso. Vende-se o Banrisul, faça-se um fundo de segurança, garanta-se segurança, empregos, tragam outros bancos e venha o desenvolvimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 054/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 24 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, eu queria justificar a alegria do meu voto, vendo a Ver.^a Sofia Cavedon, toda a Bancada do PT, da oposição, enfim, todos os Vereadores desta Casa votando em uma proposta do Governador Sartori e da Bancada do PMDB na Assembleia. Obrigado.

O Sr. André Carús: Sr. Presidente, quero justificar meu voto “sim”, que encaminharei por escrito, uma vez que a Bancada Estadual do PMDB fez o mesmo encaminhamento ao Governador Sartori e também já houve manifestação oficial do Governo do Estado, tanto de parte do Governador quanto do Secretário Estadual da Fazenda, de que a negociação, privatização do Banrisul está descartada em qualquer plano de reajuste fiscal do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Perfeitamente. As Declarações de Voto devem ser encaminhadas por escrito.

Em votação o Requerimento nº 046/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 048/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação Requerimento nº 061/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 061/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na próxima quinta-feira virá mais um secretário do nosso Governo aqui nesta Casa. Na quinta-feira passada, nós tivemos aqui a vinda do Secretário Elizandro Sabino; na outra quinta-feira que antecedeu, nós tivemos a presença de outro secretário do nosso Governo aqui. O Governo não tem se negado de estar presente aqui na Câmara de Vereadores. Agora, a qualquer fato ou boato que ocorrem na cidade de Porto Alegre, vem uma convocação para um secretário estar aqui. O Governo não se negou em nenhum momento de estar presente em nenhuma Comissão desta Casa. Quando os secretários veem a necessidade de estarem presentes aqui, a gente conversa com eles, conversamos com o Prefeito, eles vêm.

Agora há a convocação do Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e do ex-Secretário da SMIC para esclarecerem o andamento das obras de restauração do Mercado Público e a situação do Funmercado. Em primeiro lugar está mal formulado isso aqui. Se querem discutir o Funmercado, também tinham que chamar o Secretário da Fazenda, do Planejamento, não somente deste Governo, mas do Governo passado, porque, aqui nesta tribuna, várias vezes, eu falei que o Governo passado estava usando os fundos, o Fundo da Criança, o Fundo do Mercado, todos os fundos do Município

estavam entrando no caixa único. Então não adianta o Secretário Ricardo Gomes vir falar aqui de uma coisa que ele não sabe, dos fundos do Governo passado.

Outra coisa: sobre as obras do Mercado, tinha que chamar o outro Governo também, pois vieram R\$ 500 milhões da União para cá e foram para o caixa único. Eu acho que está mal formulado. O que foi passado foi passado.

Nós queremos dizer que o Mercado Público continua funcionando, vai funcionar. O Mercado Público tinha uma questão de dívida com os funcionários que prestavam serviços ali, que está sendo resolvida. O PCCI do Mercado Público também está sendo resolvido. A nossa parte nós estamos fazendo. Agora, a qualquer boato que existe em Porto Alegre, querem chamar Secretário para vir aqui na Câmara de Vereadores.

Toda a vez que for necessário – volto a afirmar, Cecchim, José Freitas, Pujol, Vereadores aqui presentes, Líderes das bancadas, Líderes dos partidos, Ver. Paulinho Motorista, Ver. João Bosco, Ver. Matheus, todos os Vereadores que aqui se encontram – os secretários aqui estarão. Já acertamos com o Presidente e com a Mesa da Casa. Em quase todas as quintas-feiras está vindo um secretário do Município aqui, de livre e espontânea vontade, conforme o combinado com os membros desta Casa, falar sobre as pautas do Município. Não precisa convocar secretário para vir aqui, não precisa estar usando este expediente. Então nós encaminhamos, em nome do Governo, para rejeitar esta convocação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Valter Nagelstein: Presidente, eu só quero informar à Presidência e aos Srs. Vereadores que a CUTHAB fez uma visita técnica ao Mercado Público, na semana passada, sob a liderança do Ver. Dr. Goulart, nosso querido Presidente da Comissão. Estivemos reunidos com todos os permissionários e nos inteiramos de todas essas questões. Sugiro que a Ver.^a Sofia converse com o Presidente da CUTHAB, que pode repassar a ela todas as questões relativas ao Mercado Público e aos seus colegas que estiveram no Mercado fazendo uma visita, checando item por item dessas questões todas. Muito obrigado.

A Sra. Sofia Cavedon: Eu aceito a proposta do convite, Ver. Cassio e Ver. Janta, porque eu acho que uma coisa é visitar – e está correto; outra é qual é a posição política, oficial,

do governo em relação aos destinos do Mercado Público. Nós queremos que venha para cá uma posição sobre como vai encaminhar os problemas do Mercado. Pergunto se há como transformar em convite. Se não há, pergunto ao Ver. Janta se podemos agendá-lo, daí não votamos convocação.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Regimentalmente, o Requerimento já está em votação, não pode ser retirado. A única forma é continuar a votação.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 061/17, como autora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhoras e senhores, nós encaminhamos este requerimento já há algumas semanas, quando se levantou a hipótese da privatização do Mercado Público, da entrega da gestão para uma empresa. O próprio Prefeito Marchezan aventou isso, apareceu em notícias.

Ora, no Regimento da Casa está escrito que são possíveis ambas as possibilidades: convocação ou convite. É uma previsão legal, regimental. Então, se há uma disposição do Governo de vir, não é nenhum problema aprovarmos o indicativo para que venha. É isso! Não é uma medida de força, é uma medida de solicitação à Prefeitura que venha dialogar aqui. Nós temos aqui três ou quatro ex-secretários aqui, temos condições de fazer um debate de qualidade em plenário. Ver. Roberto Robaina, nós estávamos no programa do Juremir Machado, e o Juremir e eu recebemos torpedos dos permissionários dizendo que eles ainda não estão satisfeitos com o diálogo que houve até agora. Nós estávamos discutindo sobre o tema Mercado Público, o Ver. Cláudio Janta levanta questões como abrir nos domingos, abrir nos finais de semana – levantaste na rádio, Ver. Cláudio Janta –, e esse tema é um bom debate a fazer. Não é um debate que coloca Governo contra população ou vice-versa. Agora, a nossa Casa não vai discutir os recursos? Foram R\$ 18 milhões que vieram, Ver.^a Fernanda Melchionna, do Governo Federal para aquela obra e a obra está parada! E 30% do Mercado Público não está ocupado; as salas estão vazias; está despotencializado o Mercado. O Funmercado não tem mais dinheiro, tem uma enorme de uma dívida. Nós temos muitos problemas no Mercado Público, acho que a CUTHAB, as comissões podem fazer o debate, mas não é qualquer tema. Os Vereadores tantas vezes trazem exemplos aqui, eu quero dar o exemplo do Mercado Público de Belo

Horizonte. Que maravilha aquele mercado! E eu acho que não é problema dos permissionários o nosso Mercado ter tantos déficits, porque, mesmo com 30% sem utilização, ele é um mercado superavitário. Eu vou ao Mercado umas duas vezes por semana, final da tarde, fazer minhas compras. Fico na fila esperando, porque a mercadoria é boa, o preço é mais baixo que nos mercados, porque tem ofertas diferenciadas, nosso Mercado Público é uma preciosidade, e eu acho que não tem nenhum problema a gente fazer um debate claro, aberto, aqui no plenário com os nossos, sim, Secretário atual, responsável, e o anterior, por que não? Cadê os recursos do Governo Federal, por que aquela obra não anda? Eu sabia que tinha um problema de uma especificação técnica, um detalhe. Eu acho que os novos Partidos, inclusive, que acham que nós devemos funcionar, trabalhar com autonomia e menos estado tutelando, houve uma opção de tutelar ali, e o Município que contrata diretamente a limpeza, eu tenho certeza de que, se devolver para os permissionários, Ver. Mauro, vai funcionar muito melhor. Tenho certeza! Então eu não quero me meter em gestão que tem secretários próprios para a área, só que nós queremos saber do destino do Mercado Público. Nós queremos ouvir o que o Município está pensando, como ele vai fazer, como ele vai ouvir a população, porque é isso, nossa cidade está acostumada a participar. O que a gente ouve é zum-zum-zum. Os permissionários, quando a gente vai lá fazer compras, só mostram preocupação. Experimentam andar no Mercado, as pessoas nos interpelam. Então é em função de ser interpelada que eu estou aqui, a nossa Bancada, na verdade, está propondo que a gente abra neste plenário uma tarde para conversar sobre o Mercado Público. Eu acho que o nosso Mercado merece. Tem muito o que fazer, dá para fazer muito, e quem sabe uma ajuda política, uma força política ajude a andar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 061/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu peço a atenção dos Srs. Vereadores, porque acabou de falar aqui a Vereadora que matou a possibilidade de revitalização do viaduto Otávio Rocha. A senhora lembra. Nós fizemos um chamamento público de interesse para empresas – no Cais do Porto ela está tentando matar também há horas, não está

conseguindo porque ela se encontrou comigo pela frente -, mas aí nós fizemos um chamamento público de interesse, tinham várias empresas interessadas em adotar o Viaduto Otávio Rocha, e a Ver.^a Sofia fez um movimento com os permissionários que, na verdade, estão lá sem pagar aluguel. Isso sim é contra o interesse público. É verdade, muitos são trabalhadores, têm uma situação difícil ali. E ela propôs o tombamento imaterial dos permissionários, uma coisa que não existe. Aí, qualquer interessado em fazer a adoção do Viaduto, fugiu. Uma das coisas que tem de ter em qualquer processo desses é segurança jurídica. Alguém vai meter a mão em cumbuca? É claro que o cara pula fora. Agora tem duas grandes questões. A primeira delas, é obvio que, naquele dia, Ver. Fernanda, a Senhora propôs a convocação do Secretário da Fazenda, e pegou moda. Eu, em tese, até não sou contra. Lá na CUTHAB, por exemplo, nós pedimos, duas vezes, para o Diretor-Presidente da EPTC vir aqui. Ele não veio nas duas vezes em que foi convidado, então, nós aprovamos, na semana passada, uma convocação. E eu tenho dito o seguinte: se o cara é convidado e não vem, aí convoca. Agora, de saída, de supetão, já fazer uma convocação, de novo. Está errado. Sobre o Mercado, queria dizer que nós fizemos uma visita. Primeira improbidade que existe aí, o Mercado já é administrado pelo privado. O que vocês acham que cada permissionários de lá é? A Madre Teresa de Calcutá. Os permissionários, aliás, uma das coisas que nós vamos ter de tratar... Eu me dou muito bem com todos eles, gosto muito, acho que muitos sustentam o Mercado, mas nós vamos ter de rever as permissões de uso, por exemplo. Nós temos de ver se tem contrato de gaveta, se tem alguém com três ou quatro lojas, se estão sendo feito negócios por baixo. Nós precisamos saber disso. Eu fui Secretário e tratei do Mercado, tenho muito orgulho. Recebi do Cecchim numa condição muito boa, nós fizemos a identificação bilíngüe, fizemos as câmaras de separação de lixo, fizemos a reforma da Câmara fria, fizemos a reforma dos banheiros. Aí, um dia, deu um problema na escada rolante. Tinha da fazer uma licitação para comprar uma polia. Aí essa polia estava além do preço estabelecido no contrato. Tivemos de esperar três meses para trocar uma polia da escada rolante do Mercado Público. É possível isso? Um centro privado, que está competindo com shoppings, pode esperar pela Lei nº 8.666 e esperar três ou quatro meses para arrumar uma escada rolante. Essas coisas têm de ser vistas sem preconceito. Ver.^a Sofia, no Mercado Público passam 150 mil pessoas por dia. É o melhor local de comércio. Quem criou história de colocar escritório lá dentro, economia solidária,

que a Senhora foi me pedir, no dia em que queria tirar? Quem inaugurou esse negocio foram vocês, encheram de entidades lá dentro que não tem a ver com comércio, quando eu sempre defendi que tinha de ser entidade de comercio. Então, alto lá, minha gente, no discurso cabe tudo. Vem aqui fazer um discurso e, na prática, é totalmente diferente. Agora, vou dizer de novo a Administração, o cuidado do Mercado Público já tem sido privado. A Ascomepc é que tem de cuidar da associação do Mercado. São pessoas muito boas, muito corretas, mas eu defendo desde sempre, desde antes. Comigo foi pública, agora quem toca o Mercado... Tentei colocar das 19h para as 20h o fechamento do Mercado. Aceitaram, Ver.^a Sofia? Não aceitaram. Tentamos abrir no domingo. Aceitam, Ver.^a Sofia? Não aceitam porque vão ter que mudar a escala de trabalho dos trabalhadores, porque vão ter mais custo para manter os trabalhadores lá. Não é bem assim. Quando eu saí da Secretaria, inclusive, tiraram o Mercado Público da SMIC. A Fazenda, por exemplo, pega o Fundo do Mercado e nunca repassa. Tem dois ou três milhões lá no fundo do Mercado e não repassa. Eu até defendo que a gestão tenha que ser pública, mas tem todos esses problemas de que estou falando. Agora, se o Governo quiser fazer uma gestão privada, se o Governo quiser fazer uma manifestação pública de interesses ou uma licitação para que um ente que seja administrador dessas coisas entre e dê o ritmo e o tempo que um *shopping* privado, por exemplo, tem, porque interessa é quem está sendo atendido lá dentro, não interessa os interesses políticos-partidários, não interessam interesses corporativos de A, B ou C, interessa é o consumidor que está indo ao mercado, se ele vai poder comprar um produto mais barato como a senhora está dizendo, se ele vai poder ter oferta, nós vamos ter que fazer, inclusive, uma revisão dentro do que se chama tecnicamente de *tenant mix*. Cabem sete, oito, dez lojas de florumbandista lá dentro? Cabe! É possível manter duas e abrir as outras para outras atividades? Não tem uma churrascaria no Mercado, não tem uma pizzaria no Mercado, não tem uma hamburgueria no Mercado... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Agora o Mercado vai fechar quatro anos. Isso é aceitável? Aí chegamos lá e os bombeiros estão pedindo que dupliquem o tamanho da escada rolante, os bombeiros estão pedindo que façam uma cisterna de não sei quantos mil litros ali no único local que tem de feiras hoje. E estão pedindo mais duas escadas de ferro, para fazer isso custa mais R\$ 5 milhões, e vai ficar mais dois anos o mercado fechado. Então, se um privado vai assumir, vai fazer

isso, temos que tirar o preconceito de cima da Mesa e pensar, porque já é privado hoje. Volto a dizer: quem administra, quem faz a vida do mercado são os permissionários, que pagam um aluguel que está muito aquém do que deveria ser. Semana passada eu fui lá e um começou a me reclamar. Eu disse: Meu amigo, então saia do Mercado se o senhor acha que está ruim. Ah, se eu não tenho uma loja fora eu não sustento o mercado. Então saia do Mercado. Porque é, volto a dizer, o melhor ponto de Porto Alegre para se ter um ponto de comércio. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 061/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADO** por 5 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

(17h58min) Encerrada a Ordem do Dia.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na segunda Sessão de Pauta, nós temos dois projetos singulares. Um deles, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, concede o Título Honorífico de Cidadão Emérito de Porto Alegre, *in*

memoriam, ao fisioterapeuta Rafael Corrêa Gobatto. Obviamente que todos nós perguntaríamos: quem é este cidadão? O Ver. Cassiá Carpes já teve oportunidade de explicar de quem se trata. Trata-se de mais uma das vítimas daquele trágico acidente aéreo ocorrido com a delegação do Chapecoense e que consternou toda a Nação, inclusive, merecendo solidariedade dos mais diversos pontos do País e do mundo. Esta homenagem não só faz com que a gente não se esqueça daquele acontecimento como renova as cautelas. É que os clubes brasileiros precisam ter, especialmente, na realização de vôos especiais, nas competições internacionais das quais eles participam, no contrato com empresas que realmente tenham a responsabilidade e não submetam os seus clientes aos riscos que acabaram no pavoroso disfarce que já estamos a lamentar há mais tempo. Por isso, evidentemente, nós teremos a grande alegria de poder, durante a tramitação desse projeto, colaborar para que ele tenha a rapidez necessária para que, muito em breve, possa a Casa transformá-lo em realidade.

Por outro lado, Sr. Presidente, ainda em 2ª Sessão, o meu colega do Democratas, o Ver. Cláudio Conceição, propõe a inclusão do Natal Luz, Paz e Solidariedade, no anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010, no Calendário de Eventos de Porto Alegre e no Calendário Mensal de Atividades, no terceiro final de semana do mês de dezembro. Claro que a data, próxima ao Natal, e o nome da atividade se ajustam por inteiro. Nós tivemos o ensejo de, nas legislaturas anteriores, tomar idêntica iniciativa com relação à promoção que é feita por várias instituições, em torno da Praça Dom Sebastião, que também fazem o Natal Luz no mês de dezembro – por quatro oportunidades, foi realizado com o mais absoluto êxito –, até porque se vinculam com o conjunto hospitalar da Santa Casa de Misericórdia. Há presença do público, de cantores, do Papai Noel, enfim, de uma série de fantasias que se desenvolvem naquele dia e naquela hora, servindo de **alegria** especialmente para os meninos pacientes do hospital limítrofe com a área de acontecimento.

Além de sermos solidários ao nosso companheiro de bancada, queremos nos engajar fortemente no processo que nos garanta a aprovação do projeto de lei. Obviamente, após o transcurso das regras regimentais estabelecidas, levaremos com a satisfação de estarmos enfatizando mais um acontecimento positivo dentro do espírito natalino que tem que predominar, não só nesse período, mas, certamente, nessa época em que toma

ênfase, especialmente na paz e na solidariedade que é o objetivo primordial dessa promoção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, pessoalmente, eu trato de muitos temas sobre animais, 99% venho falar sobre isso. Muitas vezes, as pessoas não sabem da minha trajetória no movimento estudantil e de todo o debate político e de aprofundamento sobre a importância que eu considero a política no País. Mesmo denunciando, desde os 13 anos de idade fiz a opção de fazer política. Agora vem esse golpe, e o Ver. Idenir Cecchim está fazendo uma moção de repúdio e vou assinar também, sobre a reforma política. É inaceitável que numa sociedade como a nossa em que as pessoas não têm nem as condições de refletir sobre política, elas observam grandes temas ou escândalos, mas o que chega na população é muito pouco de aprofundamento político. Não porque as pessoas não querem, não se tem educação cultural para as que as pessoas se politizem. A gente sabe que o voto é profundamente despolitizado, distante da realidade do que seria o ideal. E sabemos que temos vários colegas que vão concorrer a Deputado Estadual, e Federal; e eu tenho certeza absoluta, que muitos com condições de eleição em 2018. Mas se passa esse voto em lista, vão ser prejudicados. É óbvio que o ideal, e eu não tenho dúvida nenhuma, seria nós termos partidos fortalecidos. Partidos ideológicos, com concepção, democracia interna dentro dos partidos, onde as pessoas pudessem, efetivamente, ter uma agremiação, discutir isso. E eu não falo sobre um e sobre outro, mas a gente sabe que os partidos hoje no País, no Brasil, são absolutamente frágeis. São partidos, muitas vezes, de negócio, são partidos onde os indivíduos tratam como se fosse sua empresa, e tratam como se fossem seus funcionários. E eu estava conversando com o Ver. Mauro Pinheiro, há pouco, tu mesmo estava comentando da tua disposição de concorrer a Deputado, e da dificuldade que tu tinha, tu com três mandatos, de concorrer a Deputado. Porque,

internamente, nos partidos se empurra para baixo, não se deixa o indivíduo subir, e muitas vezes, inclusive, ter condições de disputa. E a gente sabe que a democracia é frágil, quanto mais se tiver voto em lista, aí vai ser um antro de coronel, indivíduos proprietários de partidos indicando os seus.

Acho que a nossa Câmara, como um todo, tem que mover essa Moção. Eu estava falando com o André que entende muito de política eleitoral, e ele estava me dizendo que a lei foi de 1997.

Mas eu quero dizer o seguinte: nós temos que fazer esse debate, sim; a Câmara Municipal se movimentar, sim, porque eu tenho a convicção de que todos nós vamos ser prejudicados, não por defender corporações, por defender aqui entre nós os Vereadores, ou coisa assim. Mas por defender que a população tenha o direito de ter identidade com seus candidatos, e saber que a nossa democracia é frágil e está muito distante de quem te quer; tem que ter passo a passo. A gente sabe que a população ainda vota em indivíduos, e vai ser lamentável o indivíduo ganhar 50 ou 60 mil votos e daqui a pouco lá o cacique, o dono do partido tirar esse indivíduo, e colocar outro, como a gente sabe, que é dos seus, ou da sua região, ou que privilegie... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Mendes Ribeiro: Sr. Presidente, um esclarecimento: eu fiquei muito feliz ao ouvir o Ver. Rodrigo Maroni, na tribuna, dizendo que é a favor da nossa Moção, da Bancada do PMDB, dos Vereadores Idenir Cecchim, André Carús, Mendes Ribeiro, Valter Nagelstein e Ver.^a Comandante Nádia. O Requerimento estava na priorização de votação da Ordem do Dia de hoje para ser votado, é o Requerimento nº 087/17, que bom que nós temos Vereadores que vão aderir e votar a favor dessa Moção tão importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Feito o registro, Ver. Mendes Ribeiro. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h10min.)